

1. OPERAÇÃO LIMPEZA

VITORIOSO O GOLPE, e antes que os novos donos do poder definissem que rumos dariam ao país, o expurgo dos derrotados já era sua primeira preocupação. Depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, as instituições universitárias foram os alvos prioritários das ações repressivas. Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantar em armas contra o governo Goulart, acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários.

O governo de Jango gerava insatisfação e insegurança por outras razões também, como a situação econômica e sua manifestação mais crítica, a espiral inflacionária, que, no início de 1964, gerou índices de aumentos de preços nunca antes vistos. O tema da corrupção, presente na pauta dos grupos de direita desde os anos 1950, também sensibilizou alguns setores golpistas, principalmente os próprios militares, mas não todos os apoiadores do movimento de 31 de março, pois alguns dos líderes políticos eram notórios malversadores de dinheiros públicos.

Os principais elementos deflagradores do golpe tinham natureza política: o medo, a insegurança e a reação ao processo de esquerdização ou de “comunização” supostamente em curso no país. As representações anticomunistas, que foram dominantes nos discursos favoráveis ao golpe, expressavam o temor em relação aos movimentos sociais no campo (invasões de terra, demandas de reforma agrária na “marra”), à força crescente dos sindicatos, expressa nas greves, à politização dos subalternos das Forças Armadas e à esquerdização dos jovens universitários. Além de expressarem o medo difuso despertado pelo aumento da influência da esquerda, tais representações tinham a vantagem de colocar o problema em linguagem compreensível para a sociedade, há muito acostumada a ouvir discursos sobre o “perigo vermelho”.¹ Por outro lado, tal linguagem permitia conferir mais gravidade ao quadro político, inscrevendo a situação brasileira nos parâmetros da Guerra Fria.

Desde o fim dos anos 1950 as universidades haviam se tornado lugares propícios à propagação dos valores de esquerda, sob o influxo de eventos mun-

diais – a Revolução Cubana, as guerras de libertação na Ásia e na África – e de transformações no quadro nacional – crescimento urbano e industrialização, expansão e organização dos movimentos sociais, como sindicatos, entidades de camponeses e de favelados. As instituições universitárias sofreram mudanças nesse período, passando de acanhadas formadoras de bacharéis a instituições que cresciam e demandavam reformas. Houve um notável aumento do número de estudantes nos vinte anos seguintes à Segunda Guerra Mundial: eram 30 mil matriculados em 1945 e 142 mil em 1964. Os estudantes universitários tornaram-se grupo social mais visível e influente, principalmente porque concentrados em alguns centros urbanos.

No início dos anos 1960, a UNE era instituição influente no debate político, sobretudo no período do governo Goulart, que acolheu algumas de suas reivindicações e atribuiu cargos oficiais a militantes egressos de organizações estudantis. Jovens universitários participaram de várias atividades voltadas para a mobilização popular naquele período, como campanhas de alfabetização, de criação de sindicatos rurais, ou organização da população favelada dos grandes centros.² Alguns dos conflitos entre esquerda e direita no pré-64 tiveram como palco as faculdades, e isso estava bem fresco na memória dos protagonistas do golpe.

As representações anticomunistas hegemônicas entre os vitoriosos de 1964 distorciam bastante os objetivos dos comunistas e sobretudo sua real capacidade de influenciar os acontecimentos. Mas, embora distorcidos – fosse por interesse em manipular, fosse por autoengano, pois o medo é mal conselheiro –, esses argumentos não eram absurdos, pois os comunistas detinham faixa de influência importante entre as lideranças estudantis. Não obstante, no movimento estudantil, o grupo mais forte vinculava-se à esquerda católica, a chamada Ação Popular (AP), que invariavelmente ocupava a presidência da UNE, quase sempre com um comunista na vice-presidência. Os cristãos de esquerda vinham passando por processo de rápida e intensa radicalização desde os anos 1950, abandonando a posição de combate aos comunistas para se aliar a eles. Em pouco tempo começaram a criticar os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por excesso de moderação. Não é de admirar, assim, que a direita percebesse o “comunismo” como força avassaladora entre os estudantes. Embora houvesse também grupos estudantis de direita, a maioria das lideranças falava em revolução e socialismo, e ficava difícil distinguir entre marxistas (havia vários grupos além do PCB) e socialistas cristãos. Mesmo os policiais dos departamentos e delegacias de Ordem Política e Social – até então único aparato do Estado dedicado à repressão política – sentiam dificuldade em fazer

a distinção; por vezes, os socialistas cristãos pareciam mais “comunistas” que os comunistas.

Entre os professores universitários a situação não era a mesma, e as ideias de esquerda não encontravam tanta receptividade. Nos meios acadêmicos eram fortes os laços com valores conservadores, em alguns casos até com a extrema direita. Em geral as faculdades de direito e de medicina eram baluartes conservadores, apesar de certas exceções, e, de maneira geral, o corpo docente pendia politicamente para o centro. Havia docentes com opiniões de esquerda, alguns até com militância no PCB, ativa ou pregressa. E havia também pequeno grupo de jovens professores, na faixa etária entre os vinte e os trinta anos, que partilhava os ideais do movimento estudantil, do qual, aliás, eram egressos. Mas os docentes sensíveis ao apelo da esquerda representavam franca minoria nos meios universitários antes de 1964. Como se verá, paradoxalmente, esse quadro iria mudar durante os anos do regime militar.

Sendo essa a situação nas universidades, sobretudo tendo em vista o perfil da militância estudantil, é fácil compreender por que elas foram tão visadas pela repressão. No momento do golpe, os agentes repressivos já tinham seus alvos previamente definidos. Eles mantiveram os militantes sob vigilância mesmo durante o período Goulart, quando a orientação em alguns estados e em âmbito federal era deixar a esquerda em paz. Em 1964, as operações de repressão tiveram como protagonistas principais as forças policiais (civis e militares), mas também algumas unidades das Forças Armadas, que fizeram seu “batismo de fogo” em atividades a que se dedicariam com afinco nos anos seguintes. Em certos lugares, os agentes públicos contaram também com o auxílio de militantes de grupos de extrema direita (Comando de Caça aos Comunistas – CCC, integralistas), alguns dos quais montaram sua própria estrutura de coleta de informações durante o governo Goulart.

A expressão “Operação Limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos. Só quando estes começaram a escassear, e também quando ficou claro que a ameaça revolucionária fora superdimensionada, as ações repressivas voltaram-se com mais intensidade contra a “corrupção”.

Os registros dos diplomatas norte-americanos em atividade no Brasil, na época, fornecem dados úteis para acompanhar o desenrolar do que chamaram “Operation Clean-up”. Trata-se de fonte significativa, porque os diplomatas

obtinham informações privilegiadas de contatos na polícia e nas Forças Armadas, relações cultivadas desde anos anteriores, graças aos convênios e programas de treinamento para policiais e militares.³ Os americanos produziram estimativas aproximadas sobre as prisões realizadas no momento do golpe, entretanto alertaram Washington que as informações eram esparsas e pouco confiáveis. A imprecisão dos dados devia-se à ausência de coordenação nacional das operações repressivas, comandadas no plano regional por diferentes forças e autoridades, e nem o Ministério da Justiça era capaz de dar informações exatas. Com base nos dados colhidos pela embaixada e alguns consulados, pode-se estimar entre 20 mil e 30 mil o número de pessoas detidas no momento do golpe. A maioria dos presos logo foi solta, após breve interrogatório, e parte deles ficou livre de qualquer investigação, enquanto outros tantos foram liberados com instruções de aguardar inquéritos e eventuais processos judiciais. Em maio de 1964 estimava-se que algo entre mil e 3 mil pessoas permaneciam encarceradas.⁴

Não há como saber com precisão quantos universitários e professores figuraram nas listas de presos, mas o número deve ter sido expressivo. Alguns líderes se propuseram a lutar em defesa de seus ideais e saíram de casa, por vezes armados, dispostos a enfrentar os “gorilas”. E ocorreram tentativas de resistência em algumas escolas. Por exemplo, uma frustrada manifestação estudantil na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e a ocupação de prédios da então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS, hoje Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) e da Universidade do Brasil (UB, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Vale lembrar também que alguns dos mortos nos dias do golpe eram estudantes, como dois jovens secundaristas baleados em Recife após protesto originário da Escola de Engenharia.

Entretanto, como as tentativas de resistência depressa se esboroaram e tornou-se evidente a derrota total, logo se abandonou qualquer pensamento de resistência em favor de estratégias de evasão. Tanto mais porque apareciam boatos aterradores sobre o destino que poderia aguardar os militantes de esquerda. No Rio de Janeiro, por exemplo, circularam histórias sobre bandos de anticomunistas que estariam caçando e matando seus desafetos.⁵ Com tanta tensão no ar, houve quem não conseguisse dormir na noite do dia 31, e tampouco nas subsequentes.

Consulados e embaixadas estrangeiros tornaram-se o refúgio preferido de muitos dos que fugiam à prisão, na expectativa de sair do país. Mas a opção logo se esgotou, pela limitada capacidade de abrigo nas representações diplomáticas dispostas a receber refugiados e também pelo aumento da vigilância

policial. A alternativa da maioria foi se esconder em casa de amigos ou parentes, sempre que possível longe dos centros urbanos. Mas sair das grandes cidades não era fácil, já que nas estradas de acesso a muitas delas foram instaladas barreiras com a exigência de salvo-conduto expedido pela polícia. Procurando livrar-se de “provas” de qualquer inclinação esquerdista, outra cautela adotada era queimar documentos e ocultar livros, sobretudo os de orientação marxista. Houve casos de livros enterrados, enviados a parentes insuspeitos, e mesmo de pessoas que, em total desespero, queimaram não só os documentos, como também os livros.⁶

A preocupação em desfazer-se dos livros comprometedores não era injustificada, pois se sabia que os policiais sempre “varejavam” as estantes dos suspeitos em busca de evidências de subversão. Às vezes a operação acabava em depredação dos livros, como ocorreu em algumas bibliotecas particulares. A propósito, essas práticas policiais geraram ótimas oportunidades de sátira política, uma das primeiras armas de ataque contra as forças de repressão, pois o humor era dos poucos recursos à disposição dos derrotados. Como os agentes da ordem nem sempre conseguiam identificar livros subversivos, às vezes apreendiam textos anódinos, apenas em razão da capa vermelha ou de um sobrenome estrangeiro. Com isso, ofereceram prato cheio ao talento de humoristas e chargistas de oposição, como Stanislaw Ponte Preta (pseudônimo de Sérgio Porto) e Jaguar, que não perderam a oportunidade para troçar da suposta falta de inteligência das forças da ordem.⁷

Os expurgos de livros não se limitavam às residências particulares, atingiam também bibliotecas de instituições públicas,⁸ mas foram principalmente afetados os estoques de livrarias e editoras. É interessante mencionar que episódios de apreensão de livros geraram tensões nos círculos de poder, pois contrariavam o caráter “democrático” do movimento de 1964, lançado supostamente para salvar o país do totalitarismo de esquerda. O próprio presidente Humberto de Alencar Castello Branco teria reclamado ao ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, dos oficiais que se prestavam ao papel de expurgar livros.⁹ A inquietação de Castello Branco é reveladora das ambiguidades inerentes ao regime militar brasileiro, que desde o início oscilou entre assumir-se claramente como ditadura e respeitar alguns preceitos das instituições liberais. Outras manifestações das ambiguidades e dos paradoxos do regime militar irão surgir ao longo destas páginas.

A preocupação em evitar práticas discricionárias se devia, em parte, a convicções ideológicas de membros dos círculos do poder, ou de grupos que os apoiavam, alguns dos quais se consideravam “revolucionários liberais”, que

entendiam 1964 como um movimento em defesa da liberdade. A coerência nem sempre foi o forte de muitos desses “liberais”, que por vezes aprovavam medidas discricionárias quando era de seu interesse. Ainda assim, é verdade que, do início ao fim de sua vigência, o regime militar contou com aliados que fizeram pressão para atenuar as ações autoritárias mais contundentes. Por outro lado, o impulso para conter a violência política do Estado provinha também de cálculos pragmáticos, por temor dos prejuízos causados pela repercussão negativa no exterior. A maior preocupação era não desagradar o grande aliado e a principal fonte de apoio do novo regime, os Estados Unidos, cuja administração democrata concordava com certa dose de autoritarismo, mas de preferência temperada com algum respeito às garantias liberais. Além disso, o Poder Judiciário também contribuiu para impor limites à repressão nos anos iniciais do regime militar, por exemplo, ao dar ganho de causa a editoras e livrarias que acionavam a Justiça contra a apreensão de livros¹⁰ e ao determinar a libertação de presos detidos de maneira arbitrária. De qualquer modo, os esforços moderadores eram contrabalançados pela sanha repressiva de algumas lideranças militares, senhores das armas e capazes de impor sua vontade em certos momentos.

A violência contra intelectuais, estudantes, artistas e livros gerou uma onda de denúncias em jornais não afinados com os rumos autoritários do novo regime, sobretudo o *Correio da Manhã* e *Última Hora*.¹¹ A exposição pública de informações sobre prisões, atos de censura e outros tipos de violência cometidos por agentes estatais causou desconforto e minou parte da legitimidade almejada pela nova ordem. Nesse contexto, foi cunhado e encontrou ampla circulação o qualificativo “terrorismo cultural”, utilizado originalmente pelo intelectual católico Alceu Amoroso Lima, em artigo no *Correio da Manhã* em maio de 1964. A expressão era adequada para exprimir a situação de arbítrio e desrespeito aos direitos individuais, em que a repressão ao “comunismo” assumia dimensões absolutamente desproporcionais e contornos maldefinidos. O termo foi adotado de imediato em círculos democráticos e de esquerda, e inspirou artigo de Nelson Werneck Sodré,¹² publicado em 1965 na *Revista Civilização Brasileira* – periódico que representava ponto de encontro ecumênico da intelectualidade de esquerda nos primeiros anos do regime militar. No artigo, Sodré fazia longo e detalhado inventário das ações repressivas contra os intelectuais com base em compilação de textos da grande imprensa. A expressão terrorismo cultural fez tanto sucesso que acabou aparecendo em lugar improvável, na correspondência interna dos diplomatas norte-americanos, que a utilizaram para descrever ações repressivas por eles consideradas excessivas ou inadequadas.¹³

Voltando às prisões, é difícil, como já foi dito, reunir dados precisos sobre o quantitativo de presos ligados aos meios acadêmicos. Os registros disponíveis mostram que houve detenções por toda parte, mas dão destaque às figuras mais conhecidas ou pertencentes às instituições universitárias de maior porte. Assim, a título de exemplo, em São Paulo foram presos Mario Schenberg, Florestan Fernandes, Isaías Raw, Warwick Kerr, Luiz Hildebrando Pereira e Thomas Maack; em Belo Horizonte, Simon Schwartzman, Marcos Rubinger, Sylvio de Vasconcellos, Henrique de Lima Vaz, Celso Diniz; em Brasília, Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Edgar Graeff, Ítalo Campofiorito, José Pertence, Hélio Pontes, Eustáquio Toledo, de um total de treze professores universitários encarcerados.

Para o Rio de Janeiro (na época, estado da Guanabara), há escassos registros sobre professores presos, tanto na memória dos contemporâneos quanto na imprensa da época, o que é estranho, porque a cidade era o centro político do país. O professor Isnard Teixeira, da Escola de Enfermagem da UB, foi preso nos primeiros dias, assim como o físico Plínio Sussekind. Já o conhecido físico José Leite Lopes foi detido alguns meses depois, em agosto, quando tentava requerer seu passaporte na polícia carioca. Provavelmente muitos intelectuais cariocas visados conseguiram se evadir, fosse porque a polícia priorizava lideranças políticas e operárias, fosse porque ali as forças golpistas demoraram mais que em outros centros a controlar o poder, dando mais tempo de fuga a seus desafetos – que, no Rio de Janeiro, dispunham da opção de asilo diplomático.¹⁴ No Recife, foram detidos Paulo Freire, Antônio Baltar e Luiz Costa Lima; em Porto Alegre, Armando Temperani Pereira, professor e deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Alguns professores nordestinos foram confinados em Fernando de Noronha, como o paraibano Francisco de Assis Lemos de Souza.

Os lugares de detenção eram delegacias, penitenciárias e quartéis, mas houve casos de navios transformados em prisão temporária, indício da falta de espaço para acolher os detidos da primeira onda repressiva. Na baía de Santos, o velho navio *Raul Soares* “abrigou” alguns intelectuais paulistas, ao lado de centenas de operários e trabalhadores. Na baía de Guanabara, três embarcações foram usadas como unidades de detenção, entre elas o *Princesa Leopoldina*. Parte das prisões foi feita de imediato, mas outras pessoas só foram detidas semanas depois, tentando fugir da polícia. Alguns se cansaram desse jogo de esconde-esconde e voltaram para casa, a fim de aguardar a prisão, principalmente quando ficou clara a inexistência de risco de um banho de sangue.¹⁵

Depoimentos de alguns professores presos em 1964 informam que a violência física foi limitada, e mais intensa a violência psicológica. Das pessoas

entrevistadas para esta pesquisa, a maioria disse não ter sofrido abusos físicos nem presenciado nada do gênero, salvo alguns bofetões e golpes de caratê relatados em Belo Horizonte.¹⁶ A violência psicológica ocorreu em casos como o do deputado e professor gaúcho Armando Temperani Pereira, mantido nu em cela solitária durante três dias,¹⁷ tratamento semelhante ao experimentado por alguns presos da UnB. A situação iria mudar bastante depois de 1968, com o aumento da violência e o uso mais indiscriminado da tortura, que iria atingir também alguns professores universitários.

Com o passar dos dias, as prisões foram paulatinamente esvaziadas, sobretudo de intelectuais, já que os operários tiveram, em geral, tratamento mais duro no que toca ao tempo de detenção e à violência. Uma vez fora da prisão, a preocupação dos libertados passou a ser os inquéritos em andamento, ainda uma ameaça à liberdade. Alguns poucos permaneceram na cadeia por mais tempo, como Luiz Costa Lima (dois meses) ou Luiz Hildebrando (três meses), mas o recordista entre os professores parece ter sido Marcos Rubinger, da Universidade de Minas Gerais (UMG, atual Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), mantido no cárcere até o Natal de 1964. Segundo o consulado norte-americano, ele usou um estratagema para sair da prisão e do país: obteve indulto de Natal para visitar a família, com o compromisso de voltar à cadeia no dia 28, e fugiu para o Rio de Janeiro, encontrando asilo na embaixada da Bolívia.¹⁸

A violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, às lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas pela “infiltração comunista” que o corpo docente. A repressão mais aguda contra estudantes ficou simbolizada no episódio de depredação e incêndio, na tarde do dia 1º de abril de 1964, no Rio de Janeiro, do prédio da UNE, objeto de ódio dos grupos de direita e fonte de preocupação constante dos governos militares, que acabaram por proibir seu funcionamento. Também no Rio de Janeiro, o Conselho Universitário da UB dissolveu três diretórios estudantis (Filosofia, Direito e Engenharia), por acusação de indisciplina grave durante os acontecimentos que levaram à “Revolução”. O número de estudantes presos foi bem superior ao de professores, e suas entidades sofreram intervenção por todo o país. Para fazer a “limpeza” dos órgãos estudantis, o poder militar nomeou interventores em vários estados, em geral estudantes “democratas”, ou seja, alinhados à nova ordem. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Federação dos Estudantes ficou sob intervenção durante quarenta dias, quando os militares entenderam ser possível sair de cena, já que haviam livrado a entidade da “maléfica influência comunista”, nas palavras do comandante do III Exército.¹⁹

Dezenas de estudantes foram expulsos das universidades e outros tantos abandonaram os estudos para fugir à repressão ou para dedicar-se inteiramente às atividades políticas. Alguns só concluíram a graduação no exílio ou depois da abertura política. Um dos episódios mais conhecidos de exclusão de estudantes ocorreu na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da UB, que atraía o rancor dos grupos conservadores pela força da militância da esquerda estudantil nos anos anteriores. A FNFfi era o maior baluarte dos comunistas nos meios universitários, por isso dificilmente sairia incólume do processo de expurgo. Dezenove estudantes foram excluídos da faculdade, acusados de infração aos regulamentos da instituição em atividades políticas realizadas no período pré-golpe.²⁰

Outro grupo de estudantes muito visado pertencia ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em que funcionava, igualmente, base significativa do PCB. Nos anos anteriores ao golpe, o grêmio estudantil realizou eventos com professores marxistas, como Paul Singer e José Arthur Giannotti, e, iniciativa mais comprometida ainda, organizou atividade com o candidato a deputado Mario Schenberg, na campanha eleitoral de 1962. Após o golpe, doze estudantes foram desligados do ITA e amargaram prisão, alguns deles por quatro meses. Curiosamente, os líderes da base do PCB no ITA orientaram os militantes a não fugir, pois acreditava-se que seriam tratados como oficiais e poderiam usar a prisão para denunciar a ditadura.²¹ Estavam enganados nas duas hipóteses...

Além das prisões e expulsões, o poder “revolucionário” se manifestou de outra maneira marcante nas universidades. Refiro-me às invasões e aos choques ocorridos no momento do golpe. Na Faculdade de Filosofia da USP, também bastante visada pelas forças da ordem, houve conflito e quebradeira quando o Dops invadiu o local. Os policiais arrombaram portas a pontapés, interromperam aulas para prender estudantes, rasgaram papéis e empastelaram os equipamentos gráficos do grêmio estudantil.²² Alguns estudantes procurados pela polícia fugiram pelos fundos do célebre prédio da rua Maria Antônia, mas consta que outros enfrentaram o grupo de invasores – que contava com o auxílio de militantes do CCC –, sendo surrados e levados para o xadrez.²³

No que toca à invasão de universidades em 1964, a situação mais dramática foi a da UnB. O campus foi transformado em cenário de guerra, com ocupação por tropas da Polícia Militar (PM) mineira e do Exército, de armas em punho. Vários professores e estudantes foram presos, muito embora alguns dos mais procurados já tivessem se evadido. Parte deles logo foi liberada, enquanto outros permaneceram detidos por mais tempo, em instalações militares, submetidos a interrogatórios e humilhações.²⁴ Testemunha dos acontecimentos,

o professor Roberto Salmeron elaborou relato vívido sobre aquela que seria a primeira de uma série de invasões sofridas pela UnB. Os soldados interditaram a biblioteca à procura de textos subversivos. Entre os livros retidos constavam *O vermelho e o negro*, de Stendhal, e *O círculo vermelho*, de Conan Doyle. Os militares ocuparam o campus de maneira ostensiva por duas semanas.

O tratamento violento dispensado à UnB explica-se pela imagem que a jovem universidade (fundada em 1962) tinha nos meios conservadores. Ela era considerada um antro de comunistas reunidos pelo marxista Darcy Ribeiro, um de seus fundadores, com o objetivo de desencaminhar a juventude brasileira. De fato, entre os professores contratados pela UnB havia gente de esquerda, incluindo alguns intelectuais ligados ao PCB, como Oscar Niemeyer, Claudio Santoro e Fritz Teixeira de Salles, por exemplo. Porém, para os defensores do projeto da universidade, a presença de professores de esquerda era coincidência, e não fruto de um plano perverso. Haveria uma convergência entre os fatores juventude, simpatia por reformas sociais e entusiasmo pelo projeto acadêmico arrojado da UnB.²⁵ De qualquer forma, a imagem de ninho de subversão era francamente exagerada, pois a maioria dos professores não tinha militância política. Os receios que a UnB gerava deviam-se, em parte, à ousadia e à audácia do seu projeto, pois fora planejada para servir de ponta de lança para a reforma das universidades brasileiras.

Outra razão para merecer a atenção especial das forças de repressão: situada na capital federal, a Universidade de Brasília tinha a vocação de atrair estudantes de todo o país; por isso, poderia irradiar ideias e comportamentos subversivos. As ambições iniciais do projeto da UnB foram abortadas pelas sucessivas crises políticas ali vivenciadas nos anos seguintes, pois ela seguiu na mira dos órgãos de segurança. Entretanto, paradoxalmente, parte da sua concepção original seria aproveitada pelo próprio regime militar na reforma imposta às universidades em 1968.

Na maioria das universidades, as aulas foram suspensas em decorrência das operações policial-militares. Aproximadamente duas semanas após o golpe, quando a “poeira” começou a baixar, as aulas foram retomadas, sem que se soubesse quem estaria presente, quem ainda estava em fuga ou preso. O recomeço das aulas foi acompanhado por demonstrações do novo papel reclamado pelos militares, o de tutores da vida universitária. Na UMG, por exemplo, o general responsável pela área e protagonista destacado do golpe, Carlos Luís Guedes, foi consultado pelo reitor sobre a conveniência do retorno das aulas. Em tom imperativo, Guedes respondeu que era favorável ao recomeço das aulas no dia 13 de abril.²⁶

Na FNFi, as aulas recomeçaram pela mesma época, e o poder militar também se fez presente, e de maneira mais ostensiva: soldados ficaram à porta da faculdade por alguns dias após o retorno das atividades, situação que foi retratada em charge do jornal *Última Hora*. Nesse quadro, evidentemente, instaurou-se um clima de tensão e incerteza, e os estudantes de esquerda ainda presentes, que antes davam o tom político da faculdade, adotaram postura discreta, tendo de tolerar a nova desenvoltura de estudantes e professores de direita.²⁷

Entretanto, a retomada das aulas e o esboço de “normalização” não significavam o fim do expurgo. Na verdade, ele estava apenas começando. Os ministros da Educação nomeados pelos militares – primeiro o reitor da USP, Luís Antônio da Gama e Silva, que ficou apenas duas semanas, e depois o reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Flávio Suplicy de Lacerda, que permaneceria no cargo por cerca de dois anos –, em seus discursos inaugurais, deixaram clara a intenção de fazer a limpeza na área do Ministério da Educação (MEC), em suas palavras, para “sanear o comunismo” das instituições responsáveis pela formação da juventude.²⁸

A menção aos dois professores universitários que se tornaram ministros de destaque no regime militar (Gama e Silva seria depois o titular da Justiça na gestão de Costa e Silva) e ficariam tristemente famosos por seus atos no poder, remete a tema fundamental, cuja omissão deixaria o quadro incompleto. É preciso destacar os setores acadêmicos que apoiaram a intervenção militar nas universidades, assim como nos meios culturais, e que forneceram quadros para o Estado autoritário ao longo dos anos seguintes. Se entre as esquerdas o golpe foi recebido com frustração e ódio, outros segmentos da comunidade universitária reagiram com alívio e entusiasmo. Na verdade, houve grande apoio à derrubada de Goulart entre professores e intelectuais, que, afinal, eram membros dos grupos sociais atemorizados pelos riscos de “comunização”. Entre os estudantes, embora a esquerda fosse muito influente, havia também quem seguisse a orientação de líderes conservadores. Desses grupos saíram os interventores nas entidades estudantis, assim como os líderes dos órgãos “democráticos” que o governo tentou criar.

O expurgo nos meios universitários resultou de tensões acumuladas no período do governo Goulart, quando se defrontaram lideranças intelectuais pertencentes a campos ideológicos opostos. Em algumas situações, as disputas político-ideológicas se combinaram com conflitos internos às instituições, mobilizando também interesses pessoais. Caso exemplar e ilustrativo dessa situação se deu em Pernambuco, com as disputas em torno dos projetos cul-

turais da Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco – UFPE). Como se sabe, as forças de esquerda agrupadas em torno do governador Miguel Arraes haviam se tornado bastante poderosas. Menos conhecida é a mobilização dos grupos de direita (conservadores e liberais), cuja militância antiesquerdista contribuiu para criar um clima político intensamente polarizado. E a Universidade do Recife foi um dos pontos fulcrais desses embates.

No reitorado de João Alfredo Costa Lima foi estabelecido o Serviço de Extensão Cultural (SEC), dirigido pelo professor e pedagogo Paulo Freire. Entre as atividades do SEC destacavam-se a Rádio Universitária, a campanha de alfabetização e um periódico, a revista *Estudos Universitários*. Em meio à radicalização que antecedeu o golpe, o projeto extensionista da Universidade do Recife foi elemento-chave nas polêmicas travadas na cidade, com a liderança do campo anticomunista ocupada por Gilberto Freyre. O autor de *Casa-grande & senzala* assumiu a frente dos intelectuais pernambucanos favoráveis à derrubada de Goulart e conduziu campanha contra o reitor, acusando-o de permitir infiltração comunista na instituição. O principal veículo foi a coluna dominical publicada por Freyre no *Diário de Pernambuco*, em que ele provocava as esquerdas favoráveis a Arraes e a Goulart. Nos meses anteriores ao golpe, a Recife letrada ficou dividida entre os apoiadores de Gilberto Freyre e os “comunistas” do SEC. A partir de abril de 1964, o projeto cultural da Universidade do Recife seria destruído, e os responsáveis demitidos ou aposentados.²⁹

Assim como no Recife, em outros grandes centros urbanos e universitários havia intelectuais e acadêmicos em disputa aberta contra a esquerda, prontos a apoiar uma intervenção militar que os livrasse dos adversários. Uma lista completa seria extensa, mas é possível citar exemplos de professores universitários e outros intelectuais que serviram de esteio ao novo regime: Eremildo Vianna, Raimundo Muniz de Aragão, Djacir Menezes, Francisco de Paula Rocha Lagoa, Zeferino Vaz, Antonio Delfim Netto, Roque Spencer Maciel, Luís Antônio da Gama e Silva, Alfredo Buzaid, Esther Ferraz, Manuel Nunes Dias. Os nomes citados são do eixo Rio-São Paulo, mas, pelo país afora, naturalmente, muitos outros deram sua contribuição ao regime militar, fosse em cargos governamentais, fosse em postos acadêmicos.

Houve quem apoiasse ostensivamente o golpe, com participação em atividades conspiratórias ou em atos públicos contra o governo Goulart, a exemplo de Zeferino Vaz, professor da USP e autoridade sanitária que entrou em choque com o movimento sindical da área de saúde, uma de suas motivações para lutar contra os janguistas.³⁰ Outros optaram por posição discreta e aguardaram os acontecimentos, aderindo quando já não havia mais riscos. Já o professor

Eremildo Vianna entrou em cena liderando “operações revolucionárias” em colaboração com a polícia carioca, ao comandar, à frente de civis armados, a ocupação das instalações da Rádio MEC, órgão dirigido por sua colega e desafiada, a professora Maria Yedda Linhares. Ali começou a carreira “revolucionária” de Eremildo Vianna, que em breve protagonizaria outros episódios polêmicos. Certos apoiadores da ditadura nas universidades tinham perfil mais moderado, como Muniz de Aragão, professor e pesquisador respeitado que também participou da campanha contra Goulart. No seu caso, havia ligações prévias com os meios militares, pois ele fora aluno de colégio militar e tinha um irmão general, bem como conexões com a Escola Superior de Guerra (ESG), da qual foi palestrante. Após o golpe, Aragão assumiu cargos na área educacional, como a Diretoria de Ensino Superior do MEC (DES/MEC), e passou alguns meses de interinidade como ministro da Educação, entre o final de 1966 e o início de 1967, quando assumiu a reitoria da UFRJ.³¹

Há uma evidência eloquente do apoio ao golpe nos meios acadêmicos. Em certas instituições, os professores se entusiasmaram com a vitória da “Revolução” a ponto de aprovar moções de apoio nos órgãos colegiados universitários. Muitas congregações de faculdades aprovaram moções desse tipo, como a do Conservatório Mineiro de Música (atual Escola de Música) da UMG e a da Faculdade de Medicina da USP. O texto publicado pelos professores de música mineiros no dia 14 de abril de 1964 dizia: “A Congregação resolve aprovar votos de aplauso e de irrestrita solidariedade às Forças Armadas e autoridades civis, pela restauração das franquias democráticas em nossa Pátria e pela restituição da tranquilidade e do sossego à família brasileira.” Na mesma instituição, o Conselho Universitário aprovou “Moção de aplauso à Revolução”, apesar da oposição do reitor. Na USP, o apoio do grupo majoritário da Faculdade de Medicina era previsível, pois ali se encontrava um dos mais fortes núcleos da direita universitária. Na verdade, as manifestações de apoio empolgaram a maioria das lideranças acadêmicas na Universidade de São Paulo, e, ao que parece, a única congregação a se abster de tal gesto foi a da Faculdade de Filosofia.³²

Entre os apoiadores do golpe, é importante ressaltar, havia muitos que não desejavam a ditadura, apenas o afastamento de um governo considerado esquerdista demais. Tampouco eram todos contrários à realização de reformas sociais, que, a propósito, muitos dos chefes do novo regime prometiam fazer, desde que respeitados os valores “democráticos e cristãos”. Parte desse segmento “moderado” logo perderia o entusiasmo pela intervenção militar e, nos anos vindouros, iria engrossar as forças de oposição. Porém, entre professores

e estudantes, havia também partidários do golpe que pertenciam à extrema direita, como (ex-)integralistas e outros tipos de anticomunistas radicais.

Do interior da direita universitária saíram muitas das denúncias contra colegas de esquerda, que foram apontados à polícia ou às reitorias na expectativa de vê-los atingidos pela “limpeza”. Nos arquivos se encontram documentos dessa natureza, como cartas de professores indicando comunistas “infiltrados” entre estudantes e professores. Na UMG houve casos nas faculdades de Medicina, Arquitetura e Engenharia. Na Faculdade de Medicina, a carta foi assinada por 23 “membros do corpo de ensino e médicos da faculdade”, que se dirigiram ao general Carlos Luís Guedes para “congratular-se com V. Exa. e hipotecar-lhe integral apoio pelas investigações que vêm sendo feitas para apurar a possível existência de agitadores comunistas entre os estudantes estrangeiros”. No entanto, continuava a carta, a medida saneadora ficaria incompleta se não fossem punidos os responsáveis pela cerimônia de aula inaugural na universidade, realizada poucos dias antes do movimento militar, no início de março de 1964. O evento consistiu em palestra do chefe da Casa Civil da Presidência e ex-reitor da UnB, o professor Darcy Ribeiro, de quem os missivistas não reconheciam sequer o título, chamando-o de inspetor de alunos que “despudorada e cinicamente ostentava o título de professor”. Os denunciadores consideraram a cerimônia um espetáculo degradante e deprimente, verdadeiro “comício comunista”.³³

Esse texto revela, nas entrelinhas, as tensões vividas nas universidades no período Goulart, quando as hierarquias internas foram questionadas pelas forças renovadoras e por jovens de esquerda. Figura proeminente no esquema de poder de Goulart, Darcy Ribeiro era ainda jovem (41 anos) e, por sinal, tinha sido aluno da mesma Faculdade de Medicina anos antes, tendo abandonado a carreira de médico pela de cientista social. Talvez o rancor contra ele se devesse também a algum episódio de sua vida estudantil naquela faculdade, época em que militou no PCB. O principal, porém, era o incômodo de ver o jovem docente de títulos modestos – seu cargo era o de assistente de ensino na UB –, ainda mais pertencente a uma área do saber desprestigiada, assumindo postos tão importantes no governo federal, entre eles o papel de líder da reformulação das universidades brasileiras. Aquilo era demais para os vetustos professores da tradicional Faculdade de Medicina.

No caso da Escola de Arquitetura, um ex-diretor e professor catedrático da instituição se dirigiu aos responsáveis pela Comissão de Sindicância para oferecer seus préstimos na Operação Limpeza: “Estou pronto a prestar informações sobre movimentos de agitação aí eclodidos, bem como apontar nomes

de alunos e ex-alunos ... responsáveis por esses movimentos.”³⁴ Já na Escola de Engenharia, a denúncia era contra um professor considerado comunista, já punido com o afastamento do cargo na Rede Mineira de Viação. O anônimo missivista desejava ver o professor expurgado também da UMG, e, como acreditasse que o denunciado contava com a proteção do diretor da escola, dirigiu-se diretamente ao ministro da Educação.³⁵

Depoimentos e relatos biográficos também registraram casos de denúncias, às vezes praticadas por colegas e ex-alunos que optaram pela defesa da ordem em detrimento da fidelidade aos antigos mestres.³⁶ Situações desse tipo aconteceram por todo o país, e não apenas em 1964, mas também nos anos seguintes, sobretudo no contexto da repressão desencadeada pelo AI-5. Tais episódios produziram ambiente desagradável nas universidades, gerando desconfiança, incerteza e rancores duradouros. Em certos casos, o constrangimento foi ainda maior porque os colegas não apenas assinaram cartas de denúncia, que no contexto seriam suficientes para justificar o expurgo, mas chegaram a depor em juízo contra os acusados.

O apoio ao novo regime em geral era baseado em motivação política e ideológica. Entretanto, houve também muita adesão oportunista, com pessoas que se aproveitavam da situação para aderir e abrir espaços de poder e carreira em meio aos expurgos. Gama e Silva e Eremildo Vianna, por exemplo, participaram do golpe e foram responsáveis pelo expurgo de alguns colegas. No início dos anos 1960, porém, eles não eram considerados radicais de direita nas respectivas instituições, até dialogavam e eventualmente faziam acordos com a esquerda.³⁷ Pessoas que em outras circunstâncias teriam dificuldade de ascender na carreira universitária viram na adesão aos novos mandatários preciosa oportunidade, sobretudo porque os expurgos geravam posições vagas a serem ocupadas.

As intervenções nas reitorias

O afastamento de dirigentes universitários (diretores e reitores) foi momento importante da Operação Limpeza. Como alguns administradores opuseram obstáculos às ações repressivas, seu afastamento visava também a facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. Em tais episódios se manifestaram as ambiguidades do novo poder, dividido entre assumir posturas autoritárias explícitas ou respeitar certas normas institucionais. Embora atos arbitrários tenham sido cometidos às escâncaras, as forças da moderação se fi-

zeram presentes também, contribuindo para limitar o escopo das intervenções. Foi possível identificar seis casos de reitores afastados diretamente pelo governo militar (UnB, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, URGs, Universidade Rural do Rio de Janeiro – URRJ, Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes e Universidade de Goiás – UFG), e mais um caso de tentativa frustrada (UMG). Não foram afastados apenas reitores; por vezes alguns diretores de escolas ou faculdades isoladas também foram atingidos, como em São José do Rio Preto, no estado de São Paulo.

Houve também situações nebulosas, em que os reitores não foram afastados à força, mas renunciaram ao cargo após fortes pressões. Isso ocorreu na Universidade do Recife, cujo reitor era considerado favorável ao governo recém-destituído e, por isso, foi submetido a intensa pressão, principalmente para aceitar a expulsão de professores visados pelos órgãos de segurança.³⁸ Seu afastamento foi muito comemorado à direita, pois, além de ficar aberto o caminho para o expurgo, surgia a oportunidade de escolher um dirigente mais afinado com o novo poder.

O desligamento de reitores atingiu parte minoritária das instituições, já que havia cerca de 25 universidades públicas na época, contando com as estaduais. De um lado, isso confirma que, entre os líderes universitários, o golpe foi bem-recebido – e que a maioria deles era confiável, da perspectiva dos militares. Por outro lado, resultava também das preocupações dos segmentos moderados do regime, que às vezes preferiram negociar a criar um clima de excessiva violência. Claro, em pelo menos seis instituições não se deu importância a pruridos liberais, e foram afastados os dirigentes universitários máximos. Mesmo aí, porém, tentou-se legitimar o processo recorrendo às normas regulares (a Lei de Diretrizes e Bases, LDB) e ao Conselho Federal de Educação (CFE) para indicar reitores *pro tempore*. Após a destituição dos reitores, a prática foi convocar os conselhos universitários a fim de estabelecer, de acordo com a lei, uma lista de nomes para que o presidente escolhesse o novo reitor. Em um caso, na UMG, a defesa de valores liberais exerceu influência mais significativa e levou à derrota da tentativa de intervenção militar. Para compreender essas peculiaridades, é importante ter em mente que a intensidade da repressão dependia das condições locais, das atitudes dos dirigentes universitários e de seu prestígio, assim como da atuação de líderes civis e dos comandos militares.

A melhor estratégia para tentar esclarecer um pouco esse emaranhado é abordar com mais detalhes alguns casos singulares. Nada mais adequado que começar pela Universidade de Brasília, que atraía a atenção nacional. Como foi dito, a jovem UnB era considerada perigoso foco subversivo desde sua forma-

ção, e esse “pecado” de origem não seria perdoado. Quatro dias após a invasão militar do campus, o governo baixou decreto oficializando a destituição do reitor, Anísio Teixeira, e de seu vice (Almir de Castro), assim como de todo o Conselho Diretor. O escolhido para assumir a reitoria foi o professor Zeferino Vaz, “revolucionário” de primeira hora e administrador universitário respeitado por seu trabalho na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, unidade pertencente à USP. Tentou-se dar aparência de legalidade ao ato convocando-se o CFE para referendar a intervenção e a indicação de Vaz, embora as normas legais não tenham sido inteiramente cumpridas. Após intensa discussão entre os conselheiros do órgão, que foram pressionados pelo governo e pelo comando militar de Brasília, o conselho acabou por aprovar as ações na UnB e a indicação de Zeferino Vaz. O bom entendimento entre governo e membros do CFE se repetiria no caso das outras intervenções.³⁹

Zeferino Vaz assumiu em situação delicada, com alguns professores e estudantes ainda presos, e sob pressão dos militares para demitir os “subversivos”. O cerco militar, no caso da UnB, foi particularmente intenso, não apenas pelas razões já apontadas, mas porque, na jovem capital, ainda um canteiro de obras, não havia forças sociais ou instituições tradicionais (Igreja e imprensa, por exemplo) que servissem de freio às ações dos militares, à diferença de outras capitais brasileiras. Desde o início, a tarefa de Zeferino Vaz era inglória: tentar administrar uma instituição que os militares da área preferiam ver aniquilada. Tudo era vigiado, e mesmo um reitor afinado ideologicamente com o novo regime não tinha sossego, pois os menores detalhes eram controlados, até o programa musical da orquestra universitária. Circulava um dito jocoso na UnB, nesse período, ilustrativo do clima político: o comandante do Batalhão da Guarda Presidencial mandava na instituição tanto quanto o reitor.⁴⁰

Zeferino Vaz viveu dilema comum a outros reitores nos anos seguintes: como administrar instituições na “alça de mira” dos militares, sob pressão para afinar-se com as necessidades da “segurança nacional”, e conseguir fazê-lo sem alienar-se completamente do corpo docente e evitando conflitos graves com os estudantes. Os dirigentes universitários precisavam manter a confiança do governo e evitar a fúria dos “órgãos”, mas, ao mesmo tempo, não desejavam incorrer na desconfiança da comunidade acadêmica, principalmente dos professores, sob pena de não conseguir administrar a universidade da forma adequada. É verdade que muitos professores aplaudiram a derrubada de Goulart, quiçá a maioria. Porém, isso não significa que todos apoiassem irrestritamente os militares, e menos ainda as ações repressivas contra as universidades, que geravam reações corporativas. Além disso, a popularidade do governo foi caindo com o

tempo, ao mesmo passo que aumentava a resistência e a militância de oposição, sobretudo nas universidades. Para Vaz, o quadro era ainda mais complicado, pois a maioria dos professores da UnB tinha afinidade com o governo deposto e, no mínimo, desconfiava dos novos ocupantes do poder.

A preocupação de Zeferino Vaz em tentar equilibrar-se entre as duas forças aparece em suas primeiras ações à frente da UnB. Ele negociou com as autoridades a liberação de alunos e professores presos, e assim ganhou pontos no front interno; porém, ao mesmo tempo, demitiu nove professores e instrutores. É significativo que as demissões não tenham sido precedidas de inquéritos internos ou comissões de sindicância, mas resultaram de ato intempestivo do próprio reitor.⁴¹ Vaz preferia resolver tais situações à sua maneira, e manteria esse estilo quando reitor da Unicamp. Os processos de afastamento foram simples atos administrativos, já que ninguém ali havia adquirido estabilidade e, em muitos casos, nem sequer havia contratos regulares de trabalho, em decorrência da recente criação da UnB. O ato punitivo do reitor recém-empossado provocou descontentamento, e alguns professores de sociologia e economia demitiram-se em solidariedade aos colegas. Zeferino tentou negar o fundamento ideológico do expurgo ao alegar razões administrativas e sugerir que faltava competência aos demitidos. A crise foi contornada, até porque muitos professores desejavam a estabilização do quadro para continuar o trabalho. O fato de Vaz ter demonstrado simpatia pelo formato da nova universidade (em lugar de faculdades, ela possuía institutos voltados para a pesquisa, e os professores não se organizavam em cátedras, mas em departamentos) ajudou a acalmar os ânimos e a gerar expectativas menos pessimistas quanto ao futuro da instituição.

Esperanças baldadas, pois no ano seguinte novas pressões dos órgãos de segurança reativaram a crise, impedindo as tentativas de normalização e contribuindo para a saída de Vaz. O primeiro embate foi causado pela contratação do professor Ernani Fiori para o Departamento de Filosofia, no primeiro semestre de 1965. Fiori havia sido afastado da URGS com base no primeiro Ato Institucional, por isso os militares de Brasília acharam um acinte deixá-lo trabalhar na UnB. Zeferino Vaz dobrou-se às pressões e demitiu Fiori em julho de 1965, sob protesto de algumas lideranças da UnB que, dessa vez, entenderam ser necessário reagir. Logo em seguida, em agosto, outro episódio aumentou a insatisfação dos professores e levou à greve e à demissão espontânea da maioria do corpo docente. O MEC solicitou a devolução de dois funcionários cedidos à UnB, um dos quais atuava como professor de sociologia, Roberto Décio de Las Casas. O reitor Vaz atendeu ao primeiro pedido, contrariado, e tentou tergiversar no caso de Las Casas, para não provocar o ânimo de estudantes e

professores. Mas a pressão dos militares foi muito forte, pois tinham registros sobre pregressa militância comunista do professor Las Casas. Em meio às polêmicas, com greve estudantil e protestos dos professores, Vaz renunciou ao posto, sendo indicado para seu lugar outro professor da USP, Laerte Ramos. A saída de Vaz foi justificada em função de um convite para organizar e dirigir a futura Universidade de Campinas (Unicamp), mas as dificuldades políticas na UnB contribuíram para a decisão. Aquele não era um cargo fácil, e os dois reitores seguintes viveriam mandatos igualmente tumultuados.

Documento produzido pela Seção de Segurança do MEC, em outubro de 1965, ajuda a compreender o quadro de mudança no comando da UnB. A opinião negativa dos órgãos de informação sobre a breve gestão de Zeferino Vaz está registrada no texto, que revela frustração com o reitor recrutado entre os “revolucionários”. Segundo o documento, Vaz teria se deixado enredar por elementos de esquerda ainda presentes na universidade, que talvez ele não houvesse expurgado devidamente. Como estratégia de gestão para o novo reitor, o oficial de informações defendeu o afastamento de diretores e coordenadores comprometidos com o esquema anterior (ou seja, com Darcy Ribeiro e a esquerda), mas também o aumento de recursos e a aceitação de reivindicações justas dos estudantes.⁴²

Laerte Ramos pode não ter tentado atender às reivindicações justas dos estudantes, mas certamente foi mais receptivo às demandas de expurgos. Como ele manteve a decisão de afastar o professor Las Casas, a comunidade acadêmica reagiu, e não somente em solidariedade ao colega, mas porque queria dar um basta às perseguições que intranquilizavam a todos e que poderiam servir de precedente para outros expurgos. Os protestos evoluíram para a decisão de demissão coletiva dos coordenadores e, logo depois, para uma greve conjunta de estudantes e professores. A resposta do novo reitor foi pesada: para intimidar os grevistas, ele recorreu à Polícia Federal, cujos agentes prenderam vários professores; quinze deles foram desligados de uma só penada (dez professores tiveram os contratos de trabalho rescindidos, outros quatro foram devolvidos aos órgãos de origem, e um instrutor teve a bolsa cancelada).⁴³

Indignados e sem enxergar melhor alternativa, cientes de que o projeto original da UnB estava morto, os professores optaram por um protesto final: a demissão em massa. Aproximadamente 80% do corpo docente da UnB pediu demissão em outubro de 1965, 223 professores no total. Na lista dos demissionários figuravam nomes como Roberto Salmeron, João Alexandre Barbosa, Paulo Emílio Salles Gomes, Jean-Claude Bernardet, Nelson Pereira dos Santos, Carolina Bori, Isaiás Pessotti, Jayme Tiomno, Elisa Frota-Pessoa, Oscar

Niemeyer, Claudio Santoro, Fritz Teixeira de Salles, Marco Antonio Raupp, Otto Gottlieb, Alcides da Rocha Miranda, entre outros.⁴⁴ Com o passar dos meses, contratações foram realizadas para suprir as vagas dos demissionários, e a universidade voltou a funcionar, porém novas crises políticas estavam à sua espera. O caso da UnB foi aqui detalhado pela repercussão nacional e pela maior disponibilidade de fontes, mas isso não significa que os episódios de intervenção nas outras instituições tenham sido menos dramáticos.

No momento do golpe, a Universidade do Rio Grande do Sul era dirigida pelo professor Eliseu Paglioli, que tinha ligações com o PTB. O fato de ter sido ministro da Saúde de João Goulart no período parlamentarista (1962) agravou sua situação, colocando-o na lista de suspeitos. Nos primeiros dias de abril, Gama e Silva, que comandou o MEC por alguns dias antes de ser substituído por Flávio Suplicy de Lacerda, determinou a suspensão de Paglioli da reitoria da URGs e nomeou um interino *ad referendum* do CFE.⁴⁵

Com a saída de Paglioli, o Conselho Universitário da URGs se reuniu, em 24 de abril, para proceder à nova eleição. Interpretando bem as preferências do novo governo, os conselheiros colocaram no topo da lista o professor José Carlos Milano, confirmado por Castello Branco poucos dias depois. O novo reitor mostrou-se afinado com os propósitos “purificadores” da liderança militar e fez gestões para afastar o maior número possível de professores suspeitos aos olhos das autoridades repressivas. De fato, a URGs foi uma das universidades a demitir maior número de professores em 1964. Outra demonstração da disposição do novo reitor em colaborar com o regime militar: em setembro de 1964, ele publicou nota conclamando a comunidade universitária a se manter tranquila e serena, não dando ouvidos aos “pregoeiros da subversão e da violência”, sob pena de adoção de medidas de exceção contra os agitadores.⁴⁶ Na URGs, como em outras instituições de ensino superior, a ascensão dos militares fortaleceu os setores da direita universitária, que se aproveitaram do contexto político para estabelecer comando sobre a reitoria por muito tempo, controlando sucessivas gestões.

No caso da Universidade Federal da Paraíba a intervenção foi imediata ao golpe e decidida pelos militares locais, que acreditavam ter evidências do envolvimento do reitor Mário Moacyr Porto com a esquerda. Segundo informe dos órgãos de inteligência, o reitor teria apoiado atividades dos comunistas e facilitado o proselitismo de esquerda. Entre outras coisas, ele foi acusado de financiar viagens de estudantes à URSS e também publicações subversivas (um jornal estudantil). Uma evidência serviu de prova cabal de sua “culpa” aos olhos dos militares: “Foi agraciado com a comenda de honra da União Internacional dos Estudantes, cuja sede é Praga.”⁴⁷

No dia 14 de abril de 1964, o comandante do Exército em João Pessoa baixou ato decretando a intervenção na Universidade da Paraíba (UPB, atual UFPB) e nomeando como interventor o professor de medicina e oficial do Exército Guilardo Martins Alves. O novo reitor foi considerado ocupante temporário do cargo pelo MEC e também pelo CFE, que enviou ofício recomendando a eleição de lista tríplice para normalizar a situação. Guilardo Alves se mostrou atento às demandas repressivas, mas também hábil para angariar apoios, inclusive externos à universidade, e com isso conseguiu garantir sua eleição pelo Conselho Universitário. Essa referência à habilidade do interventor se justifica porque nem sempre o apoio dos militares locais bastou para definir o resultado da eleição nos conselhos universitários, como se verá no caso de Pernambuco. Guilardo Alves foi reconduzido ao cargo em 1967 e, no total, ficou sete anos à frente da UPB, numa gestão pródiga em obras e investimentos, mas também em expurgos políticos, sobretudo depois de 1968.⁴⁸

A intervenção na URRJ (atual UFRJ), que na época era vinculada ao Ministério da Agricultura, teve um toque de violência maior que a das outras. Foi o único caso em que o reitor deposto viu-se encarcerado: o professor Ydérzio Luiz Vianna, que as forças locais de direita, incluindo segmentos da própria universidade, consideravam muito comprometido com as forças de esquerda. Pesou contra ele o empréstimo de meios de transporte para os estudantes comparecerem ao “comício das reformas”, o evento de 13 de março de 1964 no centro do Rio de Janeiro, e também o fato de ter facilitado a realização de evento esquerdista nas dependências da instituição, a que compareceram estudantes cubanos. Ydérzio Vianna, que no processo de expurgo foi também afastado dos quadros do serviço público, ficou preso com um grupo de estudantes e funcionários da URRJ, no quartel do Exército situado nas imediações do campus de Seropédica.

Alguns dos estudantes encarcerados chegaram a ficar presos por quarenta dias, parte do período em situação de incomunicabilidade. O pior, porém, ocorreu a dois deles, que foram torturados em local clandestino e depois abandonados em lugar ermo, amarrados e bastante feridos. Com o afastamento de Ydérzio Vianna, foi nomeado interventor o professor Frederico Pimentel Gomes, à revelia do Conselho Universitário da URRJ, que se preparava para indicar outro nome. O interventor chegou acompanhado de oficiais do Exército, para impor-se aos recalcitrantes, e permaneceu na função até o fim de 1964, quando foi realizada eleição regulamentar, com a composição de lista tríplice para escolha do novo reitor.⁴⁹

No caso da Universidade do Espírito Santo, o reitor, Manuel Xavier Paes Barreto Filho, que mal completara um ano à frente da instituição, foi exonerado

da função por ordem do titular do MEC, em 14 de abril. O Conselho Universitário se reuniu para escolher nova lista tríplice, o que foi feito duas semanas após a queda de Barreto Filho. A razão mais provável para o expurgo é que o reitor tinha ligações com a ala janguista do PTB capixaba, o que selou seu destino.⁵⁰

A Universidade Federal de Goiás foi outra instituição a ter o reitor destituído, nesse caso não no calor da movimentação de tropas em abril de 1964, mas somente no fim do ano. Há poucas informações sobre esse episódio. Sabe-se apenas que o reitor Colemar Natal e Silva⁵¹ foi afastado na esteira da intervenção no governo de Goiás, em novembro de 1964. Desde os primeiros dias do golpe, setores da linha dura vinham pressionando Castello Branco para que destituisse o governador Mauro Borges, que, embora oficial do Exército e filiado ao Partido Social Democrático (PSD), atraía a desconfiança da direita. A alegação principal era a indefectível infiltração comunista, supostamente tolerada por Borges, nos órgãos públicos de Goiás, mas o argumento não convenceu Castello Branco, que tergiversou o quanto pode. Após meses de crises e boatos, porém, ele decidiu-se pela intervenção, em parte como estratégia para aplacar o apetite dos setores radicais, militares e civis, dentro e fora do governo.⁵² Na universidade já havia ocorrido um pequeno expurgo, com alguns presos no início do ano e quatro demitidos em outubro, entre eles o professor e escritor Bernardo Élis Fleury de Campos Curado. Entre o grupo de demitidos havia dois funcionários da reitoria, o que revela a desconfiança em relação ao comando da universidade. A vez do reitor chegou dois meses depois, tendo seu afastamento se seguido à queda do governador Borges, a quem era, aparentemente, muito ligado. O CFE aprovou a intervenção e nomeou reitor *pro tempore* um professor que ficou interinamente até a realização de eleições regulares.⁵³

Não foram localizadas informações sobre outras universidades que tenham sofrido intervenção direta, mas é possível que haja mais algum caso, embora com pouca repercussão na época.⁵⁴ Houve também intervenções em faculdades isoladas, ou seja, em instituições autônomas, não vinculadas a universidades. Episódio marcante ocorreu na Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, ligada ao governo do estado de São Paulo. Ali o impacto do golpe foi intenso, principalmente por iniciativa de grupos conservadores locais, assustados com a militância de estudantes e jovens professores que, no período anterior, envolveram-se em campanhas de alfabetização e atividades voltadas para a cultura popular. A influência dos estudantes se revelava em detalhe significativo: eles haviam conseguido representação paritária nos órgãos colegiados da instituição, caso raro no Brasil. O diretor foi afastado e dezessete professores foram demitidos, alguns dos quais amargaram cadeia e longos interrogatórios.⁵⁵ Entre

os professores, alguns tinham militância comunista e outros partilhavam ideias socialistas, porém, provavelmente havia mais simpatia pelo socialismo cristão. Como se tratava apenas de uma faculdade, este foi, proporcionalmente, um dos maiores expurgos em instituição de nível superior no país. Nomeou-se um juiz de direito para atuar como interventor, e novos professores foram contratados para reorganizar a faculdade, que perdeu o viço e a criatividade anteriores.

No caso da Universidade do Recife, cujo reitor optou pela renúncia, a situação configurou-se como semi-intervenção. Como já foi mencionado, a instituição esteve no “olho do furacão” nos meses anteriores ao golpe. Desde 1963 o reitor vinha sofrendo ataques pesados da direita, pelo acolhimento de projetos de cultura e alfabetização popular sob a direção do professor Paulo Freire. Com a vitória do golpe, os professores e estudantes mais visados saíram de cena, postos na prisão ou foragidos, mas a campanha contra o reitor não esfriou, ainda liderada pelos artigos de Gilberto Freyre na imprensa. Em junho de 1964, João Alfredo da Costa Lima cedeu às pressões e decidiu renunciar.⁵⁶ Mais uma vez o CFE nomeou reitor *pro tempore*, e, em julho de 1964, o Conselho Universitário foi reunido para encaminhar a sucessão. Significativamente, os setores que conseguiram a renúncia do reitor Costa Lima não tiveram o mesmo sucesso na campanha para indicação do novo dirigente. Gilberto Freyre defendeu a candidatura de uma professora ligada a um grupo de direita muito ativo nas campanhas contra Goulart, a Cruzada Democrática Feminina, enquanto lideranças militares da região preferiram apoiar um médico. Ambos acabaram derrotados, pois o Conselho Universitário optou por um terceiro nome, o de um professor da Faculdade de Direito, aparentemente sem compromisso com os grupos de direita.⁵⁷

Em Belo Horizonte ocorreu tentativa frustrada de intervenção militar, episódio interessante para se refletir sobre a influência da opinião liberal na primeira fase do regime militar. O chefe militar da área, general Carlos Luís Guedes, tinha interesse especial em “limpar” a Universidade de Minas Gerais, tanto por considerar o reitor suspeito quanto por razões de desagravo pessoal. Poucos dias antes do golpe, na já mencionada cerimônia da aula inaugural, Guedes fora vaiado por estudantes que lotavam o auditório da Faculdade de Ciências Econômicas (Face) para ouvir a conferência de Darcy Ribeiro. Convidado pelo reitor Aluísio Pimenta para compor a mesa do evento, o general foi “saudado” com os apupos dos estudantes da Face, o principal centro de militância da esquerda na UMG.

Além disso, o reitor era malvisto nos meios conservadores por suas ligações políticas com o PTB (os norte-americanos o consideravam “esquerdistas mode-

rado”), e também porque fora eleito com o apoio dos estudantes. Segundo as memórias do general Guedes, o reitor era muito ligado a Darcy Ribeiro, que teria patrocinado sua nomeação. Ademais, sua atitude de não cooperar com os trabalhos da repressão depois do golpe agravou a situação. No livro em que relata sua passagem pela reitoria, Aluísio Pimenta refere-se às agruras vividas nesse período, quando recebia comunicações quase diárias do Dops ou da IV Região Militar, sempre em busca dos “subversivos” na comunidade universitária.⁵⁸ Embora não tenham conseguido a cabeça do reitor, os militares pelo menos impediram a posse do professor recém-indicado para dirigir a Faculdade de Engenharia (Cássio Mendonça Pinto) e obtiveram a renúncia do diretor da Escola de Arquitetura (Sylvio de Vasconcellos), que buscou exílio na Europa.⁵⁹

De acordo com o consulado norte-americano, o general Guedes contava obter a demissão de quinze docentes da UMG,⁶⁰ por isso ficou muito descontente quando a comissão interna de sindicância, em meados de maio, concluiu pela ausência de culpados a punir. Ele teve uma altercação com o reitor por causa disso e aguardou a primeira oportunidade para agir, após ter falhado na tentativa de incluir Aluísio Pimenta na lista das cassações políticas.⁶¹ O pretexto surgiu quando foram localizados panfletos estudantis na Faculdade de Filosofia, em junho de 1964, contendo ataques ásperos à ditadura e assinados pela UNE. Irritado com a audácia dos estudantes, o general determinou intervenção na faculdade em 11 de junho de 1964, tendo enviado para cumprir a tarefa o tenente-coronel Expedito Orsi Pimenta, professor do Colégio Militar. Como era de esperar, o oficial investiu contra os estudantes, determinando o afastamento de cinco suspeitos de terem distribuído os panfletos. Porém, em ato que revela as reais intenções da intervenção, ele também decidiu afastar do cargo alguns professores. Um dos atingidos foi o professor e físico-químico José Israel Vargas, que relatou em entrevista o episódio. Vargas, que tivera militância de esquerda nos anos 1950, já havia sido afastado da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e arrolado em investigações militares. Ele foi chamado ao gabinete do diretor pelo tenente-coronel Pimenta, que o informou da edição de ato secreto suspendendo-o das funções de professor. Talvez Pimenta contasse amedrontar o professor e produzir atitude conformada, porém Vargas reagiu dizendo não aceitar ato secreto e prometendo uma denúncia pública. De acordo com o relato de Vargas, o oficial recuou e rasgou o documento na mesma hora.⁶²

A desastrada intervenção militar na Faculdade de Filosofia durou apenas cinco dias, e a situação voltou à normalidade, embora permanesse a incerteza sobre os atos de afastamento praticados pelo tenente-coronel Pimenta. Mas, em julho, o comando militar retornou à carga e decretou nova intervenção, dessa

vez na própria reitoria, enviando o mesmo oficial para o serviço. Em entrevista à imprensa, na qual se apresentou fardado, o interventor militar afirmou que o propósito era afastar da instituição os suspeitos de subversão, para o que seria realizado novo inquérito interno. A fim de demonstrar sua disposição, Pimenta baixou portaria afastando das atividades escolares professores e estudantes que estivessem detidos ou sob investigação oficial.⁶³

O reitor resolveu reagir e mobilizar apoio para reverter a situação, no que teve bastante sucesso. Ele redigiu notas aos jornais, telegramas às autoridades e fez contatos telefônicos com membros influentes da comunidade universitária, entre eles Milton Campos, professor da UMG e então ministro da Justiça. Os jornais de Belo Horizonte fizeram eco ao protesto, e o mais influente deles publicou editorial em defesa da autonomia universitária, com farto uso do imaginário da “mineiridade”. A argumentação tentava demover o governo, ao tocar em ponto sensível do discurso “revolucionário”: em Minas, segundo o jornal, o movimento de 31 de março teve amplo apoio e acolhimento, pois os “mineiros” haviam lutado pela liberdade, ideal arraigado nas tradições do seu povo. O tom era ameno e brando, sempre evitando críticas pesadas ao governo ou aos chefes militares, mas ainda assim o jornal dizia que a intervenção militar não se coadunava com o espírito universitário, e que a UMG não seria “um CGT [Comando Geral dos Trabalhadores] qualquer [!]”, que pode ser tratado com o “ferrete revolucionário”. Não haveria motivos para retirar o reitor, continuava o editorial, que era bom católico e frequentador assíduo da “Sagrada Mesa”, assim como eram democratas todos os dirigentes da UMG. Que a universidade voltasse a governar a si mesma quanto antes, exortava por fim o jornal.⁶⁴

A hábil defesa da autonomia universitária, mobilizando os próprios ideais da “Revolução”, e a repercussão pública negativa do caso levaram Castello Branco a determinar a suspensão da intervenção militar dois dias após o início. Na opinião do consulado dos Estados Unidos, essa fora uma derrota pública da linha dura, e, fato indicador do desprestígio do general com o presidente, Guedes foi transferido para um comando em São Paulo poucos dias depois.⁶⁵ Aproveitando a maré favorável, a Faculdade de Filosofia reintegrou os estudantes afastados em junho. A decisão foi oficiada ao Comando da IV Região Militar em agosto, com a ressalva de que a reintegração não deveria ser entendida como desrespeito às autoridades militares e tampouco aos ideais da “Revolução” – que, de acordo com o texto, teve o apoio da maioria da casa.⁶⁶

Os processos de intervenção revelam as já mencionadas ambiguidades do novo sistema de poder, que às vezes mostrava-se sensível a argumentos libe-

rais e a propostas moderadoras. O desfecho em Minas foi excepcional, porém mesmo as outras intervenções se revestiram do cuidado de preservar, às vezes apenas nas aparências, as regras institucionais. Outro aspecto significativo era a preocupação em evitar o uso de militares no papel de interventores, recorrendo de preferência a professores simpáticos ao regime, ou a personagens híbridos, ou seja, professores que eram também oficiais militares (da ativa ou da reserva). Esse era o caso de Guilardo Martins Alves, da UFPB; e também de um dos futuros reitores da UnB, o capitão da Marinha José Carlos Azevedo, que fizera doutorado nos Estados Unidos; e, na Universidade Federal Fluminense (UFF), de Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa, oficial do Exército e matemático. A propósito, vale mencionar documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia (DSI/MME) produzido alguns anos depois. Ele sugere a seus superiores a nomeação de um oficial cientista para dirigir o Centro Latino-Americano de Física, mas com a recomendação: “Cabe salientar que este nome deve ser lembrado estritamente por sua qualidade de professor cientista.”⁶⁷ Note-se o cuidado de negar a existência de processo de militarização das universidades e instituições de pesquisa. Curiosamente, no único caso conhecido em que se tentou impor um interventor fardado (na UMG), ainda que ele tivesse o título de professor do Colégio Militar, a ação foi malograda.

Percebe-se mais um indício da estratégia de evitar a presença ostensiva dos militares nas universidades nos próprios métodos adotados para o afastamento de professores. De início, tentou-se atribuir às próprias universidades o papel de fazer o expurgo, encarregando-as de estabelecer as investigações internas e apontar os nomes a serem demitidos ou aposentados. Mas os resultados de tal estratégia foram paradoxais.

Procedimentos inquisitoriais e expurgo

Quando são mencionados os processos de investigação realizados em 1964, a primeira imagem que ocorre são os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), tristemente célebres por seus procedimentos arbitrários e pelo radicalismo de seus condutores. Centenas de professores e estudantes foram arrolados em diferentes IPMs. No entanto, nas universidades, as comissões de sindicância tiveram impacto importante também, pois levaram efetivamente a demissões. Antes de analisar as atividades dessas comissões cabe, porém, um breve relato sobre os IPMs, que, não obstante sua celebridade, causaram menor dano do que se supõe.

O IPM não foi uma invenção dos golpistas. Tratava-se de procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das instituições militares e também na Lei de Segurança⁶⁸ em vigor. A novidade em 1964 foi usar de maneira generalizada esse recurso previsto para investigar esporádicos crimes militares e políticos. Nos dias iniciais da Operação Limpeza, alguém no “Comando Supremo da Revolução” teve a ideia de estabelecer um IPM para investigar os “crimes políticos”, o que foi concretizado em 14 de abril, com a nomeação do general Estevão Taurino de Resende para conduzir o inquérito. Entretanto, como era impossível conduzir trabalho investigativo de escopo nacional a partir de um só centro, Taurino de Resende nomeou responsáveis para novos IPMs em diferentes lugares, e os chefes militares locais assumiram iniciativas próprias, dando origem, em poucos meses, a centenas de inquéritos diferentes. Calcula-se que apenas em 1964 foram estabelecidos aproximadamente 760 IPMs espalhados pelo Brasil.⁶⁹

Dada essa explosão investigativa, o governo entendeu ser necessário estabelecer outro órgão para tentar colocar ordem no caos, uma espécie de “super-IPM”. Para tanto, foi criada a Comissão Geral de Investigações (CGI), em 27 de abril de 1964, e o encarregado foi o mesmo Taurino de Resende. A CGI teria a duração de seis meses, mesmo período estabelecido pelo Ato Institucional para que o Estado procedesse ao expurgo do serviço público. Seria improvável que a CGI fosse capaz de investigar todos os casos, ainda mais composta somente por três membros, como ficou inicialmente estabelecido. Na prática, ela serviu para reunir os inquéritos provenientes de todas as regiões, tentando ordenar um processo que levou a centenas de demissões país afora, entre servidores civis e militares.

Os desafios da CGI para realizar seu trabalho se consubstanciaram, também, nas dificuldades para controlar os diversos IPMs, sobretudo porque eles se tornaram reduto da linha dura militar.⁷⁰ De modo significativo, um desses grupos prendeu o filho do general Taurino de Resende, que era professor universitário em Recife. Os IPMs tornaram-se palco de atuação para militares interessados em radicalizar as medidas repressivas, que utilizaram os meios à disposição para pressionar os setores liberais e moderados do regime. Seu poder legal era limitado, mas eles agiram arbitrariamente, a fim de tentar criar fatos consumados, e também aterrorizar os inimigos e obter publicidade para sua causa. Na verdade, os IPMs deveriam se limitar a fazer investigações e remeter suas conclusões ao Judiciário, a quem caberia julgar e estabelecer as penalidades para os condenados. Os oficiais na direção dos IPMs não tinham poder de condenar, embora por vezes pudessem prender temporariamente para investigações. Trocando em miúdos, eles não tinham instrumentos legais para

demitir ou condenar ninguém, mas tiveram poder suficiente para amedrontar e coagir, causando muito aborrecimento e provocando várias crises políticas no governo.

A relação do governo Castello Branco com os militares da linha dura foi tensa, pois eles o criticavam por excesso de moderação – às vezes o acusavam de cumplicidade com o inimigo – e tentavam forçá-lo a “endurecer” mais do que ele próprio desejava. Um dos problemas mais sérios foi causado pela tentativa desses grupos de interferir no jogo político, vazando para a imprensa notícias sobre práticas de corrupção cometidas por aliados do governo, ou tentando impedir a posse dos governadores eleitos em 1965. Por isso, em certas ocasiões, o presidente puniu alguns desses oficiais com prisões, transferências e mesmo afastamento do serviço ativo. Mas, às vezes, ele se viu obrigado a ceder também, e promoveu alguns expurgos demandados pela linha dura, como a intervenção em Goiás e o afastamento de Adhemar de Barros do governo de São Paulo, sob suspeita de corrupção. De modo paradoxal, o próprio funcionamento dos IPMs era uma maneira de o governo oferecer uma válvula de escape para o radicalismo da linha dura, que tinha ali oportunidade de vociferar seus rancores e aparecer para a opinião pública.

Dadas as limitações da atribuição dos IPMs, bem como a disposição do governo e do Poder Judiciário, de modo geral as suas atividades não produziram consequências legais, ou seja, condenações. Muitos dos inquéritos enviados à Justiça foram considerados inconsistentes para fundamentar punições legais. Ainda assim, pelas características do contexto, o aborrecimento para os investigados era grande, pois ninguém tinha certeza quanto ao futuro. Para alguns professores e intelectuais, os inquéritos militares eram fonte de ansiedade e angústia, pelo medo de que acabassem implicando perda do emprego. E chateações constantes também, porque às vezes eram chamados para longos e cansativos interrogatórios, ou presos para averiguações. A fim de fugir aos constrangimentos, alguns preferiram exilar-se espontaneamente, e parte deles nunca voltou. Entre as centenas de IPMs criados pelos militares, dezenas implicavam professores e intelectuais, e alguns deles foram exclusivamente dedicados a instituições de ensino, como os IPMs da UnB, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e da FNFi. No fim de 1964, a maioria foi encerrada, e os resultados, enviados ao Poder Judiciário, não obstante alguns continuassem funcionando em 1965,⁷¹ enquanto novos processos seriam abertos nos anos seguintes, principalmente após 1968.

Entretanto, as comissões de inquérito ou de sindicância conduzidas pelas instituições universitárias causaram tanto ou maior prejuízo quanto os IPMs.

Esses procedimentos de investigação foram criados em decorrência das disposições do Ato Institucional (editado a 9 de abril), principalmente do artigo 7º, que decretava suspensas por seis meses as “garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade”, para permitir a demissão ou aposentadoria de servidores (federais, estaduais ou municipais) que “tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”. Dizia ainda o texto que as punições seriam precedidas de investigações sumárias, tudo sem prejuízo de sanções penais, quando fosse o caso.

É significativo que as autoridades tenham entendido caber também aos próprios órgãos da administração pública a tarefa de investigar seus servidores, quiçá porque o aparato repressivo não tivesse condições materiais de enfrentar a magnitude desse trabalho em escala nacional, mas igualmente porque se desejava dividir responsabilidades e comprometer as chefias intermediárias. Por toda parte, com maior ou menor entusiasmo, as autoridades públicas abriram processos de investigação contra “subversivos” e “corruptos”. Inquéritos administrativos contra faltas cometidas por servidores são parte da tradição do serviço público, mas agora se tratava de processos sumários, visando a expurgar inimigos políticos e corruptos, em clima de exceção e “caça às bruxas”.

Com base no Ato Institucional, o diligente ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, apenas quatro dias após sua posse, no dia 19 de abril, baixou uma portaria (n.259) determinando às universidades a “instauração de inquéritos administrativos”. Os reitores foram informados por telegrama ou pelo Aviso n.705, de 22 de abril de 1964, que reproduzia os termos da portaria. A linguagem do aviso ministerial aos reitores não é impositiva, pois usa termos suaves, como “sugerir” e “agradecer”. Mas, no contexto da época, seria arriscado não aceitar a “sugestão” do ministro, de instaurar inquéritos. Após explicar que estes deveriam se pautar pelos termos do Ato Institucional, apurando os “crimes” ali mencionados e os respectivos responsáveis, dizia o texto:

No firme propósito de prestar relevante serviço à causa nacional e à salvaguarda do regime, tenho a honra de sugerir a Vossa Magnificência as seguintes medidas:

- a) instauração de inquéritos administrativos que se façam necessários para imediata apuração de responsabilidades;
- b) severa vigilância sobre quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica, democrática.

Muito agradeceria que os inquéritos, com parecer conclusivo, me sejam remetidos no prazo de trinta dias.⁷²

De modo significativo, a iniciativa do MEC precedeu a tentativa do governo de organizar melhor o expurgo, com a criação da CGI. A comissão ficou encarregada de proceder às investigações necessárias à realização do expurgo do serviço público, mas o decreto permitia aos ministérios tomar a iniciativa também, o que o MEC já vinha fazendo. No que toca especificamente às universidades, a portaria do MEC não entrava em detalhes sobre o funcionamento das comissões, e coube aos dirigentes locais definir seus parâmetros. A própria denominação utilizada foi diferente, indo de Comissão Especial de Investigação Sumária (URGS) a simplesmente Comissão de Sindicância (UMG). A composição e os procedimentos também variaram: na USP foram designados apenas três membros, e suas atividades foram discretas, para não dizer secretas, e o reitor nem sequer ouviu ou informou o Conselho Universitário; já na URGS montou-se uma comissão de quinze membros, representando quase todas as unidades da instituição, que se dividiram em subcomissões e realizaram interrogatórios, produziram atas e adotaram procedimentos burocráticos detalhados. A receptividade dos dirigentes universitários às demandas repressivas também não foi a mesma, variando de acordo com as injunções locais. Mais uma vez, nossa estratégia aqui, para estabelecer um esboço do quadro nacional, será abordar em detalhe alguns casos.

Na USP, os procedimentos e atos relacionados ao expurgo alcançaram muita repercussão, inclusive internacional, graças às conexões acadêmicas e à reputação de alguns dos perseguidos. O reitor Gama e Silva, já se sabe, foi entusiasta do golpe, e com o passar do tempo tornou-se cada vez mais radical, procurando estreitar laços com a chamada linha dura. Um detalhe pitoresco: em conversa com diplomatas norte-americanos, ele se definiu como linha diamante, isto é, era mais “duro” que a própria linha dura.⁷³ Gaminha, como alguns o chamavam, tinha planos de alcançar o poder utilizando seus contatos na direita radical, e por isso não poderia deixar de agradá-la mostrando empenho na “limpeza” da USP. Para tanto, nomeou para a comissão apenas membros das escolas tradicionais da universidade, focos do conservadorismo, três professores catedráticos, respectivamente, das faculdades de Direito e Medicina e da Escola Politécnica.⁷⁴ Pouco se sabe sobre o funcionamento dessa comissão, que atuou simultaneamente a vários IPMs com objetivos semelhantes, o que gerou alguma confusão nos registros de memória dos envolvidos. Aparentemente, a comissão não ouviu os professores e servidores investigados, tendo se baseado apenas nos registros policiais e em denúncias enviadas por membros da comunidade universitária.

A atuação do “triumvirato” provocou muita celeuma na USP, principalmente quando a imprensa publicou notícias acerca do funcionamento da

comissão, que Gama e Silva preferiria manter em sigilo. A partir daí os protestos ecoaram na universidade, sobretudo pela voz de professores desassombrados, como Paulo Duarte, que pagaria por sua coragem anos depois, ao ser aposentado pelo AI-5. Discordando dos procedimentos inquisitoriais na instituição, que vinham criando ambiente de medo e tolhendo a liberdade de pesquisa e ensino, Duarte denunciou em termos duros os responsáveis pelas investigações, questionando sua capacidade intelectual e moral.⁷⁵ Houve protestos internacionais também, mobilizando entidades e personalidades científicas. O professor que atraiu mais solidariedade internacional foi Mario Schenberg, físico conhecido pela militância comunista e pelas descobertas científicas. Em favor de Schenberg chegaram manifestos provenientes dos Estados Unidos, da Europa e do Japão.

Mas houve também perseguição a professores sem vínculos com a esquerda, como Isaías Raw, cujo caso é emblemático por revelar a vigência de motivações não ideológicas na base de alguns expurgos. Nesse caso, além da comunidade científica, os diplomatas americanos também se mobilizaram em sua defesa, embora discretamente. Em relação a Raw, os próprios americanos aplicaram o termo “terrorismo cultural”, e se irritaram com a perda de tempo e o desgaste desnecessário para as autoridades brasileiras, que deveriam apontar suas armas apenas para os comunistas. A atitude dos representantes americanos no expurgo dos professores é reveladora das relações que mantiveram com os militares brasileiros. De um lado, apoiaram com entusiasmo medidas repressivas contra a esquerda revolucionária, porém sugeriam moderação, para poupar o governo do desgaste que a violência contra “alvos errados” iria provocar.

Em 9 de outubro de 1964, o *Correio da Manhã* publicou a parte final do relatório do “triumvirato” da USP enviado às autoridades superiores. Eles recomendavam a demissão de número elevado de professores, 44, além de alguns funcionários. Porém, as pressões e negociações em favor dos investigados acabaram dando resultados, e o expurgo efetivo restringiu-se a um grupo de sete docentes da Faculdade de Medicina.⁷⁶ A esse número deve-se somar mais de uma dezena de professores da instituição que optaram pelo exílio, para fugir às perseguições; com isso, atenderam em parte aos desígnios “purificadores” do aparato repressivo. Mesmo assim, o expurgo foi menor do que esperavam os grupos de direita, que ficaram insatisfeitos.

Por que as demissões na USP em 1964 se limitaram ao grupo da Medicina? A explicação mais provável é que a direção da própria faculdade tenha pressionado pelo afastamento. A Medicina era conhecida por possuir influente grupo de direita, inclusive alguns egressos do integralismo. Indício revelador: um dos

entrevistados se recorda de ter visto um professor usando o uniforme verde integralista no recinto da faculdade.⁷⁷ A tradicional instituição, para desgosto de muitos de seus líderes, teve de conviver com personagens estranhos aos princípios conservadores a partir do fim dos anos 1950, quando começou a admissão de professores não pertencentes às famílias “quatrocentonas” (filhos de imigrantes judeus, por exemplo) e também de jovens ligados à esquerda. Na Faculdade de Medicina da USP, como em outras, a polarização política em 1964 era também interna, e alguns professores tornavam-se suspeitos por sua origem social ou por questionarem as tradições. Com as mudanças políticas de 1964, a direita da faculdade achou que era hora de livrar-se do “corpo estranho”. Na opinião de dois professores que fizeram parte do grupo visado na Medicina, os motivos de sua perseguição não eram essencialmente ideológicos, mas porque eles desafiavam os valores tradicionais da instituição.⁷⁸

Parece claro que a motivação ideológica não explica tudo; no entanto, é importante destacar que o nome de Isaías Raw acabou preservado naquele momento, e, apesar de haver indisposição contra ele na Faculdade de Medicina, foi mantido no corpo docente porque, no seu caso, não tinham cabimento as suspeitas de subversão. Além disso, a pressão internacional deve ter pesado em seu favor, e essa deve ser a razão também para a não demissão de Mario Schenberg da Faculdade de Filosofia. Enquanto isso, no grupo dos demitidos da Medicina em 1964, a maioria tinha participação em atividades de esquerda: quatro ou cinco deles tinham (ou haviam tido) ligação com o PCB, um era trotskista e outro esposava ideias socialistas, sem vínculos de militância. Significativamente, o único entre os demitidos sem compromisso ideológico com a esquerda acabou recontratado em 1966, após decisão judicial absolvendo o grupo.

De fato, ironicamente, cerca de um ano após as demissões, a Justiça Militar absolveu todo o grupo de professores arrolados no IPM da Faculdade de Medicina da USP por falta de provas.⁷⁹ Esse desenlace revela o caráter arbitrário dos expurgos no serviço público, motivados por suspeitas e informações sem provas, ao arrepio da própria jurisprudência brasileira relativa à punição dos comunistas. Desde o início do século, o Poder Judiciário tinha entendimento peculiar sobre o problema da repressão ao comunismo. Normalmente, professar ideias comunistas não era considerado crime nem fundamentava condenações, tudo em nome da liberdade de pensamento. O que gerava punições judiciais era a militância revolucionária, a participação ativa em organizações proibidas por lei ou o proselitismo da luta de classes. Em 1964, o secretário de Justiça do governo de São Paulo e futuro reitor da USP, Miguel Reale, reafirmou

a preservação dessa praxe, anunciando que não haveria delito de ideias, apenas punição para atentados efetivos contra a ordem.⁸⁰

Entretanto, muitas pessoas foram demitidas mesmo sem provas e, pior ainda, mesmo após absolvição judicial. As afirmações de Reale não tiveram efeito (ele logo se afastaria do governo estadual), e cerca de quatrocentos funcionários do estado de São Paulo foram demitidos em 1964.⁸¹ Ao contrário dos inquéritos que tramitaram nas Justiças Militar e Civil, os processos de expurgo no serviço público não respeitaram o devido direito de defesa dos acusados, afastados a partir da presunção de serem subversivos ou corruptos.

Professores da USP também na mira da repressão, porém vinculados a outras faculdades, acabaram escapando à “degola” de 1964, inclusive o muito visado Mario Schenberg, o que reforça a interpretação de que a posição das lideranças de cada faculdade foi decisiva no resultado final do processo. Porém, alguns nomes que se salvaram em 1964 seriam lembrados em 1969, no expurgo seguinte, ocasionado pelo AI-5. Em São Paulo, além das demissões na USP, em 1964 houve também demitidos no Instituto Butantã, na Faculdade de São José do Rio Preto, em escolas secundárias, nas repartições administrativas e até na Força Pública (atual PM). Na área federal, ainda em São Paulo, houve um professor demitido na Escola Paulista de Medicina (David Rozenberg) e dois no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (Szmul Jakob Goldberg e Arp Procópio de Carvalho).

Na Universidade do Rio Grande do Sul, a Comissão de Investigação começou a funcionar apenas em fins de maio de 1964, após a entrada do novo reitor. De início, solicitaram-se às congregações informações sobre as pessoas passíveis de punição; contudo, como as respostas fossem evasivas, o reitor decidiu reforçar o desempenho da comissão, de que participou também um general designado pelo III Exército.⁸² De modo significativo, o oficial não constou na lista de integrantes nomeados pelo reitor e compareceu às dependências universitárias em roupas civis. O novo reitor, José Fonseca Milano, estava disposto a aceitar as demandas de expurgo e, por essa razão, solicitou ao MEC prorrogação no prazo de entrega do relatório final, que já estava expirando. Nem todos os professores nomeados para a função pensavam o mesmo, e houve quem imaginasse ser possível atuar na comissão e exercer função moderadora. Outros professores entenderam ser preferível a própria instituição encarregar-se das investigações a permitir uma intervenção direta do poder militar, que poderia trazer consequências ainda piores. Quando ficou claro que as punições iriam efetivamente sair, alguns professores pediram afastamento ou deixaram de frequentar as reuniões.

A Comissão de Investigações da URGS deu chance para que os acusados fossem ouvidos, mas a decisão final sobre os expurgos na prática não levou em consideração a defesa, e tampouco precisou de provas. Em setembro de 1964 foi publicada a lista de professores punidos, catorze no total, dos quais dez foram aposentados e quatro demitidos. Como de praxe no resto do país, os servidores mais antigos, com estabilidade já garantida, receberiam aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, enquanto os outros foram demitidos sem qualquer direito ou indenização. Além dos catorze, a URGS perdeu outros professores afastados anteriormente por cassação de direitos políticos, como Cibilib Viana e o deputado Temperani Pereira.

De acordo com o pesquisador Jaime Mansan, a maioria dos punidos tinha vinculação ideológica com a esquerda, fosse com o PCB, o PTB ou a AP. Os dados apontam para expurgo ideológico visando a afastar da universidade os professores que partilhavam valores de esquerda. Evidentemente, isso não implica aceitar o argumento de que eles tivessem cometido algum crime, ou muito menos que seu afastamento fosse legítimo. Contudo, a consideração é importante para nos ajudar a entender as motivações dos responsáveis pelo expurgo, que agiram de maneira semelhante em outras partes do país.

Para o caso da UMG, também há documentos disponíveis sobre a atuação da Comissão de Sindicância, cujos desdobramentos foram diferentes dos anteriores. O reitor e outros dirigentes universitários assumiram atitude de resistência passiva diante das demandas de repressão, por entender que não lhes competia exercer trabalho típico da polícia. Sua estratégia foi atender à determinação do MEC e nomear uma comissão de cinco membros (quatro professores e um estudante), mas sem ânimo real para apontar culpados. Evidência disso foi a demora em nomear a Comissão de Sindicância, que só começou a atuar no dia 9 de maio, a cinco dias apenas da data de entrega do relatório. Antes das nomeações, o reitor resolveu ouvir o Conselho Universitário, que pediu pareceres à sua Comissão de Legislação e ao consultor jurídico da UMG. O trabalho da Comissão de Sindicância se restringiu a solicitar informações aos diretores das faculdades e ao Dops, não tendo realizado interrogatórios. Na tentativa de obter denúncias, mas somente as devidamente assinadas, a comissão fez publicar aviso na imprensa em que informava o endereço de seu funcionamento.

No dia 15 de maio de 1964, a Comissão de Sindicância entregou seu relatório, que, embora revelasse afinidades com os valores “revolucionários” – por exemplo, tecendo críticas à “demagogia e à corrupção imperantes” no período anterior –, não apontava culpados de subversão ou de crimes contra a admi-

nistração pública. A comissão alegava a exiguidade do prazo e a ausência de meios, já que as poucas denúncias recebidas não tinham substância, e que não fora possível obter das autoridades militares e policiais as informações necessárias, pois elas estavam muito empenhadas em suas investigações. Na conclusão do relatório, sugeria-se ao reitor que aguardasse os resultados dos IPMs em curso, para então analisar as providências cabíveis.⁸³

Como foi mencionado, esse resultado irritou os militares da área e levou à tentativa frustrada de intervir na reitoria. Com o fracasso da intervenção na UMG, os militares tiveram de recuar, e com isso evitaram-se demissões em 1964. Ressalve-se que alguns professores e pesquisadores perderam o emprego em decorrência da pressão policial que os levou a mudar de cidade ou de país. Contra eles funcionou a disposição administrativa de perda do cargo por não comparecimento ao serviço. Esse foi o caso do já mencionado Marcos Rubinger, exilado, e de Herbert José de Souza (Betinho), pesquisador da Faculdade de Ciências Econômicas e militante da AP, que entrou na clandestinidade após o golpe.⁸⁴

A propósito, o mecanismo administrativo do abandono do cargo serviu como estratégia para conseguir o expurgo por meios indiretos, quando não havia condições políticas ou legais para demitir os “indesejáveis” de maneira direta. O estrategema era manter forte pressão sobre os alvos, conservando-os na cadeia ou obrigando-os à clandestinidade, de maneira a impedir seu comparecimento ao trabalho. Mas os professores visados logo se deram conta do risco, e trataram de se proteger. Em São Paulo, para evitar que Mario Schenberg, em período de vida clandestina, perdesse o cargo, seus colegas fizeram reunião fora da USP, obtendo a assinatura dele em ata oficial, prova legal de sua participação em atividades universitárias. Em Belo Horizonte, o professor Simon Schwartzman, da UMG, estava preso quando o diretor da faculdade em que ele ensinava abriu inquérito administrativo em razão de sua ausência às aulas. Porém, como ele enviou carta do cárcere oficializando sua condição de preso político, o processo foi paralisado.⁸⁵

No caso de Recife, as informações disponíveis mostram que a comissão de inquérito da universidade recomendou punição apenas para um funcionário e um professor, número muito abaixo das expectativas da direita local. Esse resultado provavelmente se explica pelo fato de os militares não terem conseguido impor seu nome preferido para a reitoria, em julho de 1964. O ministro da Educação, articulado com o Comando Militar da região, que forneceu os nomes para a “degola”, decidiu passar por cima do inquérito da universidade e afastou número bem maior de professores.⁸⁶ O *Diário Oficial da União* publicou a lista

dos aposentados e demitidos da Universidade do Recife em 9 de outubro, penúltimo dia para os expurgos, segundo o Ato Institucional. Na relação aparecem quinze nomes, entre eles os mais visados: o pedagogo Paulo Freire, o professor de engenharia Antonio Baltar, Pelópidas da Silveira (docente de engenharia e prefeito do Recife), José Laurênio de Melo (diretor da Rádio Universitária) e o professor de literatura Luiz Costa Lima. No total, foram aposentados dez professores, seis deles catedráticos, e demitidos outros cinco docentes, além de alguns funcionários. Os expurgos no Recife configuraram um dos casos mais dramáticos entre as universidades brasileiras, tanto mais porque os perseguidos não conseguiram encontrar trabalho na região, sendo obrigados a exilar-se ou mudar-se para outras partes do país. Nas palavras de um deles, certamente querendo referir-se aos grupos engajados em atividades culturais e políticas, após o golpe a cidade de Recife se tornou um deserto.

Os registros do *Diário Oficial da União* nos fornecem nomes de professores demitidos em outras instituições, para as quais existem poucas informações sobre as atividades de comissões de inquérito. No entanto, esses dados devem ser usados com cautela, pois nem sempre são precisos (há erros de grafia dos nomes, por exemplo) e pode ter havido mistura entre casos de aposentadoria regular e compulsória. Na região Nordeste, além de Pernambuco, houve expurgos também na Universidade do Ceará (quatro afastados, entre eles o professor Miguel Cunha Filho, catedrático em química); na Paraíba, foram três os professores demitidos na Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, entre eles Francisco de Assis Lemos de Souza – deputado estadual vinculado às Ligas Camponesas, que foi preso e teve mandato e direitos políticos cassados. No caso da Universidade da Bahia, houve pelo menos um professor afastado por razões políticas. Quanto ao Norte, há registro de uma demissão na Universidade do Pará. Na área Centro-Oeste, além do já mencionado caso da Universidade de Goiás, houve algumas aposentadorias na Faculdade de Direito de Cuiabá, embora não se saiba com certeza se tiveram natureza política. Na região Sul, além do expurgo na URS, houve duas demissões na Universidade de Santa Maria (UFSM) e duas aposentadorias na Universidade do Paraná.

Na região Sudeste, além das situações de Minas⁸⁷ e São Paulo, já analisadas, cabe examinar o caso do Rio de Janeiro, sede de várias universidades e instituições de pesquisa. Na Universidade do Brasil, a reitoria nomeou uma comissão de inquérito presidida por um general, Acyr da Rocha Nóbrega. Não obstante a direção militar, a comissão concluiu seus trabalhos sem indicar culpados de subversão, apesar de receber denúncias do professor Eremildo Vianna apontando dezenas de colegas “subversivos” na FNF. Na versão do

denunciante, contestada por suas vítimas, havia uma célula do PCB que reunia alguns professores da Faculdade Nacional de Filosofia.⁸⁸ Outra acusação de Vianna, que gerou mal-estar e indignação, foi sobre a vida sexual de uma docente, que teria se envolvido com alunos.

O inquérito do general Nóbrega não encontrou provas das acusações contra os professores, mas, surpreendentemente, acabou apontando o próprio Vianna como suspeito de práticas ilícitas (peculato) à frente da Diretoria da FNF, além de considerá-lo responsável por infiltração comunista no período que dirigiu a instituição, antes do golpe. Esse desfecho gerou confusão nos meios “revolucionários”, onde havia quem considerasse Eremildo Vianna um herói. Era constrangedor vê-lo acusado de associação com os dois alvos da ditadura, o comunismo e a corrupção. Vianna reagiu atacando o general Nóbrega, a quem acusou de abusar das diárias e do carro oficial custeados pela UB, além de conluio com os comunistas. Após meses de boatos, reuniões de órgãos colegiados e ameaças veladas, expirou o prazo para o expurgo dos servidores públicos, e a maioria dos ameaçados escapou à degola. Eremildo Vianna teve apoio de alguns colegas e do titular do MEC, Suplicy de Lacerda, que não permitiu sua demissão.⁸⁹

O saldo final dos expurgos de 1964 na UB mostra números modestos, o que é surpreendente, em vista da importância política da instituição. Os registros do *Diário Oficial* apontam a demissão dos professores Francisco Mangabeira (Direito), Darcy Ribeiro (antropólogo vinculado ao Museu Nacional) e Álvaro Vieira Pinto (filósofo), e a aposentadoria do professor Alvércio Moreira Gomes (matemático). Além desses, o deputado socialista e professor Max da Costa Santos também foi afastado, em decorrência da suspensão de seus direitos políticos, e também o professor Oswaldo Herbster de Gusmão. Pode ter havido outras demissões na UB,⁹⁰ mas está claro que as autoridades militares não fizeram o expurgo em regra dos seus adversários ideológicos na maior universidade federal do país. A celeuma em torno da tentativa de punir Eremildo Vianna por corrupção influenciou esse desfecho, ao polarizar a atenção durante os processos de inquérito relativos à UB.

Outra das instituições mais visadas no Rio foi o Iseb, considerado pela direita o centro intelectual da ação comunista, que na época do golpe era dirigido pelo filósofo marxista Álvaro Vieira Pinto. Por isso mesmo, o Iseb foi extinto, após operação policial que praticamente destruiu suas instalações, inclusive a biblioteca. Wanderley Guilherme dos Santos, que atuava no Iseb e tinha o cargo de professor de cursos isolados do MEC, foi aposentado, assim como alguns docentes cedidos ao Iseb por outros órgãos públicos. Parte deles foi afas-

tada formalmente do serviço público somente anos depois, com o argumento de que abandonaram o cargo.⁹¹ Também houve investigações no Instituto de Manguinhos (atual Fundação Oswaldo Cruz), varejado tanto por inquéritos militares quanto por comissão de sindicância ligada ao Ministério da Saúde, resultando na mudança de chefias de laboratório e de seção. Logo em seguida foi nomeado um diretor (Rocha Lagoa) muito identificado com os objetivos do golpe, que desencadearia grande expurgo após o AI-5.⁹²

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), também no Rio de Janeiro, foi outra instituição atingida, tendo sofrido duas demissões logo após o golpe.⁹³ Mais gente teria sido afastada, não fosse a intervenção de alguns membros do Conselho Superior do CBPF; ainda assim, alguns assistentes cujos contratos estavam em preparação foram vetados. Alberto Passos Guimarães Filho teve mais sorte, pois sua contratação saiu algumas semanas antes de 31 de março – e ele era alvo fácil, filho de conhecido intelectual comunista e também militante do PCB. Alberto Passos foi constrangido pelo diretor científico a se afastar por conta própria, sugestão que recusou. Pressões semelhantes foram feitas contra pesquisadores mais experientes e igualmente considerados indesejáveis pelo novo regime.⁹⁴ Mais um caso em que as forças de repressão tentaram usar meios indiretos para obter o expurgo, após não o conseguirem por meios “diretos”.

Num balanço do expurgo de professores universitários em 1964, considerando o quadro nacional, chega-se ao número aproximado de cem punidos, entre demitidos e aposentados.⁹⁵ Não foram contabilizados os professores que abandonaram o emprego para fugir à repressão, cujo número é difícil de estimar, embora decerto seja bem menor que o de demitidos. Nas listas figuravam professores experientes, mas predominavam jovens, alguns dos quais viriam a obter notoriedade acadêmica no futuro, como Luiz Costa Lima, Wanderley Guilherme dos Santos, Luiz Hildebrando e o próprio Darcy Ribeiro. Naturalmente, o número de investigados foi superior ao de “punidos”. Vários deles conseguiram escapar a esse primeiro expurgo e retomaram suas atividades com o passar do tempo, à medida que esfriava o ímpeto repressivo imediato ao golpe.⁹⁶ Analisando a lista, fica a sensação de que nesse primeiro expurgo evitou-se atingir nomes muito prestigiados nos meios acadêmicos ou com notoriedade no exterior, mesmo que integrassem os quadros da esquerda. O primeiro governo militar desejava evitar certas críticas. Sobretudo, não gostaria de ser acusado de destruir as instituições acadêmicas brasileiras. Tais cuidados seriam deixados de lado na onda repressiva seguinte.

A “normalização” e o desafio estudantil

Passados os primeiros meses do novo regime no poder, a sensação era de que a Operação Limpeza chegava ao fim. A brecha “legal” aberta pelo Ato Institucional para as demissões no serviço público se fechou em outubro de 1964, e com isso parte da insegurança se dissipou. É bem verdade que alguns inquéritos militares continuaram em atividade por mais alguns meses, gerando dissabores e aborrecimentos, e mais algumas detenções temporárias. Entretanto, estava cada vez mais claro que tais processos trariam poucas consequências práticas, pois, na maioria, terminavam em arquivamento ou absolvição. Ainda assim, a vigilância dos órgãos de informação continuava presente, e reitores e diretores recebiam constantes demandas sobre o paradeiro de gente procurada, assim como pressões contra cerimônias de colação de grau cujos paraninfos fossem personalidades de oposição. Entretanto, apesar da insatisfação dos grupos de direita – em cuja opinião o serviço de limpeza ficara incompleto –, com o passar dos meses o ambiente de repressão foi se desanuviando.

Percebendo a mudança no clima político, alguns professores começaram a retornar do exterior para reassumir os cargos dos quais haviam se licenciado, como Fernando Henrique Cardoso (USP), Sylvio Vasconcelos (UFMG), ou José Leite Lopes (UFRJ). Alguns jamais retornaram, pois construíram nova carreira no exterior (como Thomas Maack), e também houve casos de morte no exílio. Entre os que ficaram no Brasil, houve quem saiu de sua cidade de origem para recomeçar carreira em outros centros. Entretanto, abandonar o estado de origem nem sempre significava deixar para trás os problemas com a polícia política, cujos organismos, cada vez mais sofisticados, criaram meios de recolher informações em qualquer parte. Depois de 1968, com o início de nova onda repressiva, certas histórias antigas seriam “recuperadas” pelos órgãos de informação, de modo que professores que trocaram Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou Pernambuco por Rio de Janeiro ou São Paulo foram chamados a prestar contas por atos ou ideias manifestados anteriormente em seus estados de origem.

De qualquer modo, em 1965 ou 1966, era difícil prever que o regime militar iria recrudescer no fim de 1968, e havia razões para esperar alguma redução na vigilância repressiva. Com a aprovação de nova Constituição, em 1967, cancelada pelo Congresso, e o começo do governo Costa e Silva, que chegou prometendo diálogo e tolerância, o horizonte parecia realmente menos nebuloso.

A nova situação contribuiu para o retorno do movimento estudantil às ruas, assumindo o papel protagonista da oposição. Passada a fase dos grandes

expurgos, jovens com ideias de esquerda voltaram a assumir o comando das entidades principais, inclusive da UNE, declarada ilegal pelo governo, mas em funcionamento na clandestinidade. Protestos e passeatas estudantis começaram em 1965 e ficaram mais intensos depois de 1966, o que colocou os estudantes no foco principal das agências de informação e segurança. A “normalização” pretendida pelo governo passou pela tentativa de enquadrar os estudantes em novo formato legal, ao mesmo tempo permitindo as entidades associativas e vedando-lhes qualquer caráter contestador. Mais uma das ambiguidades do regime militar, que poderia simplesmente ter proibido qualquer entidade estudantil. Isso não foi feito porque pareceria muito ditatorial aos olhos da opinião liberal e moderada, que preferia ver os diretórios estudantis em funcionamento, enquanto se tentava criar entidades mais cooperativas sob o comando de lideranças “democráticas”.

Disso decorreu a promulgação da chamada Lei Suplicy, em novembro de 1964,⁹⁷ estabelecendo o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) para substituir a UNE, e instituindo o voto obrigatório para os estudantes, na esperança de que a “maioria silenciosa” derrotasse os candidatos de esquerda. A Lei Suplicy estabelecia que os órgãos estudantis teriam por finalidade defender os interesses dos estudantes, mas vetava ações de caráter político-partidário e também paralisações estudantis. A tentativa de viabilizar o DNE (e suas frações estaduais, os Diretórios Estaduais de Estudantes – DEEs) redundou em completo fracasso, e o próprio governo extinguiu a entidade em nova lei, editada em 1967, que manteve apenas os diretórios centrais de estudantes e os diretórios acadêmicos como entidades reconhecidas legalmente.⁹⁸

Incapaz de impedir a influência dos grupos radicais nos meios estudantis universitários, tampouco de fazer vingar as lideranças “democráticas” que apoiava, e tendo experimentado estratégias que variavam doses diferentes de repressão e cooptação, o regime militar encontrou no problema estudantil um dos principais desafios à sua política universitária. As forças de repressão eram obcecadas com a ideia de que os professores faziam a cabeça dos alunos, levando-os a atitudes radicais e rebeldes. Daí, parte da preocupação em afastar docentes esquerdistas das salas de aula. Entretanto, fontes da época mostram que a esquerdização da juventude era processo mais complexo, cujo desenvolvimento se fazia de maneira independente da opinião dos professores. Em certas circunstâncias, ocorreu o contrário do imaginado pela polícia, ou seja, os estudantes é que influenciaram as opiniões políticas dos professores. Em meio a quadro de progressiva inclinação dos estudantes em favor de ideias e valores radicais, muitos professores sentiram-se impelidos a acompanhar a

tendência, para não se alienar em relação às lideranças estudantis, aderindo às perspectivas da esquerda com sinceridade, ou de maneira meramente instrumental, em alguns casos.

Pesquisas de opinião realizadas por agências americanas nos anos 1960 mostram com nitidez o fenômeno da esquerdização dos jovens universitários, revelando que eles compunham o grupo social mais receptivo a ideias radicais e socialistas. Enquetes de vários tipos começaram a ser aplicadas antes de 1964, identificando os tipos de leitura mais influentes entre os jovens e utilizando técnicas de discussão em grupo, para captar seu pensamento e vocabulário. Os resultados mostravam que o comunismo ao estilo soviético atraía apenas a minoria; não obstante, um grupo majoritário era simpático a reformas sociais e a algum tipo indefinido de socialismo. Para surpresa dos pesquisadores, os universitários mostraram-se mais insatisfeitos com os problemas sociais do Brasil que os próprios camponeses nordestinos, então considerados o grupo mais suscetível à radicalização, e que foram submetidos a estudos com métodos semelhantes.⁹⁹

Uma das pesquisas mais consistentes ouviu 477 universitários do Rio de Janeiro e de São Paulo, em dezembro de 1962 e janeiro de 1963, e as respostas revelaram percentual significativo de adesão ao socialismo (não necessariamente ao comunismo) e pouco entusiasmo por ideias liberais e pelo sistema capitalista. Uma das questões aplicadas opunha socialismo a capitalismo, e os resultados foram marcantes. Solicitados a qualificar o capitalismo, 42% dos pesquisados escolheram a opção “ruim” ou “muito ruim”, e somente 23% responderam “bom” ou “muito bom”. O socialismo, ao contrário, foi muito bem-avaliado, já que 51% dos universitários pesquisados o apontaram como sistema “muito bom” ou “bom”, enquanto apenas 20% o qualificaram como “ruim” ou “muito ruim”.¹⁰⁰ Essas pesquisas anteriores ao golpe causaram preocupação entre os diplomatas americanos, que contrataram um psicólogo da Universidade de Princeton para vir ao Brasil estudar a situação *in loco*. Esse profissional entrevistou oitocentos universitários no Rio de Janeiro e em São Paulo, no segundo semestre de 1964. Deixando de lado algumas considerações polêmicas do pesquisador, que podem ser atribuídas a preconceitos culturais, interessa destacar que ele percebeu uma tendência radical latente entre os estudantes, mesmo com a vitória do golpe e a repressão subsequente. Ainda que a defesa do comunismo ao estilo soviético fosse frágil entre os estudantes, eles eram muito receptivos a ideias marxistas e radicais, sobretudo aos argumentos anti-imperialistas.¹⁰¹

Os resultados desses estudos apenas confirmam algo sabido há muito: os estudantes universitários brasileiros passaram por intensa politização e

esquerdização nos anos 1960, processo, aliás, paralelo a tendências semelhantes verificadas em outros países. No Brasil, esse fenômeno começou no início da década e continuou nos anos seguintes, tornando-se mais agudo em meio à repressão política dos militares, que serviu de combustível para a radicalização dos jovens. O choque com a massa estudantil universitária radicalizada viria a se tornar mais intenso na segunda metade dos anos 1960, levando os chefes militares e seus aliados a adotar novas estratégias para lidar com esse “problema” que os desafiaria até o fim.

Como se viu, o regime militar se empenhou em fazer uma “limpeza” das instituições universitárias para eliminar seus inimigos, o que provocou prisões, violência, exílio, demissões de docentes e exclusão de estudantes. No entanto, os impulsos repressivos por vezes foram temperados por ações moderadoras, que, caudatárias da tradição conciliatória da cultura política brasileira, geravam estratégias de suavizar a repressão e inspiravam medidas para fomentar mecanismos de acomodação e integração de alguns agentes situados fora do círculo do poder. Nessa linha, o projeto modernizante teria também o propósito de criar meios para acomodar os descontentes, para além dos objetivos propriamente econômicos. Assim, uma das maneiras imaginadas por certas “cabeças pensantes” do novo regime para lidar com o desafio estudantil e com a indisposição de parte da intelectualidade foi o programa de modernização universitária.

2. A FACE MODERNIZADORA

OS RESPONSÁVEIS PELA DERRUBADA do governo João Goulart em 1964 se uniram em torno de uma pauta negativa: estavam juntos para lutar contra o que não queriam. Porém, o consenso negativo não fornecia norte seguro para estruturar políticas de governo. Como afirmou o general Carlos Meira Mattos em palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), em abril de 1969, os sentimentos anticomunistas e anti-Goulart uniram os “revolucionários” na ação, mas eram insuficientes para a construção de programa de governo consistente.¹ Após a surpreendentemente fácil derrota de Goulart, os grupos pertencentes ao campo vitorioso enfrentaram o problema de definir os novos rumos. Havia de tudo no barco golpista, desde uma parcela com opiniões ultraconservadoras, a exemplo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), passando por autoritários de vários matizes, além de nacionalistas de direita, e também grupos liberais, os últimos, em geral, adeptos mais entusiastas da liberdade de mercado que da liberdade política.

Em meio à heterogênea base de sustentação do novo poder, um segmento minoritário aferrou-se a posições reacionárias, infenso a qualquer alteração no statu quo, enquanto lideranças importantes entenderam haver necessidade de realizar mudanças no país, inclusive algumas reformas sociais. A própria reforma agrária era aceita em alguns círculos do poder, em versão compatível com os valores liberais: uma distribuição de terras que fortalecesse o mercado interno e aumentasse o número de proprietários.

A gestão de Castello Branco ensaiou iniciativas nessa direção, como a aprovação de mudanças constitucionais para permitir a desapropriação com pagamento em títulos públicos, tema polêmico também defendido pelo próprio Goulart, que, no entanto, foi incapaz de obter apoio no Congresso para alterar a Carta Magna. Além disso, importa reafirmar, nos anos 1960, era forte e sedutor o apelo por desenvolvimento e modernização, pauta que tinha impacto internacional. Os diplomatas americanos pressionavam seus aliados brasileiros para a adoção de políticas modernizadoras, e sua influência era marcante, sobretudo porque vinha acompanhada dos recursos e financiamentos de que o novo governo necessitava desesperadamente.

O somatório desses fatores explica a incorporação da demanda de reforma universitária por agentes do novo governo. Assim como ocorreu em outras